

# **A IDEOLOGIA ALEMÃ (Primeiro Capítulo)**



**Karl Marx  
Friedrich Engels**

**RIDENDO CASTIGAT MORES**

A Ideologia Alemã\*  
— Primeiro Capítulo —  
(1845/1846)  
Karl Heinrich Marx (1818-1883)  
Friedrich Engels (1820-1895)

Edição  
Ridendo Castigat Mores

Versão para eBook  
eBooksBrasil.com

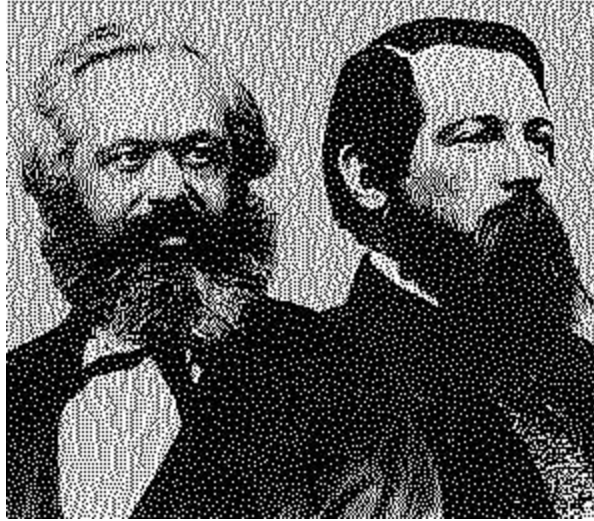
Fonte Digital  
RocketEdition de 1999 a partir de html em  
[www.jahr.org](http://www.jahr.org)  
Revisto para esta edição. Confrontado com a  
versão em espanhol disponível no  
Marxists Internet Archives  
[www.marxists.org](http://www.marxists.org)

Copyright ©  
Autor: Karl Marx  
Edição eletrônica:  
Ed. Ridendo Castigat Mores  
([www.jahr.org](http://www.jahr.org))

“Todas as obras são de acesso gratuito. Estudei sempre por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos; tenho a obrigação de retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou.” — Néelson Jahr Garcia (1947-2002)

# **A IDEOLOGIA ALEMÃ**

## **—Primeiro Capítulo—**



**Karl Marx**  
**Friedrich Engels**

# Índice

Prefácio — 5

I — 7

II — 24

III — 62

IV — 70

Notas — 130

# **A IDEOLOGIA ALEMÃ (Primeiro Capítulo) Karl Marx e Friedrich Engels**

## **PREFÁCIO**

*Até agora, os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas idéias. Ensinemos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro e a realidade existente desaparecerá.*

Estes sonhos inocentes e pueris formam o núcleo da filosofia atual dos Jovens Hegelianos; e,

na Alemanha, são não só acolhidas pelo público com um misto de respeito e pavor como ainda apresentadas pelos próprios heróis filosóficos com a solene convicção de que tais idéias, de uma virulência criminosa, constituem para o mundo um perigo revolucionário. O primeiro volume desta obra propõe-se desmascarar estas ovelhas que se julgam lobos e que são tomadas como lobos mostrando que os seus balidos apenas repetem numa linguagem filosófica as representações dos burgueses alemães e que as suas fanfarronadas se limitam a refletir a pobreza lastimosa da realidade alemã; propõe-se ridicularizar e desacreditar esse combate filosófico contra as sombras da realidade que tanto agrada à sonolência sonhadora do povo alemão.

Em tempos, houve quem pensasse que os homens se afogavam apenas por acreditarem na idéia da gravidade. Se tirassem esta idéia da cabeça, declarando por exemplo que não era mais do que uma representação religiosa, supersticiosa, ficariam imediatamente livres de qualquer perigo de afogamento. Durante toda a sua vida, o homem que assim pensou viu-se obrigado a lutar contra todas as estatísticas que demonstram repetidamente as conseqüências perniciosas de uma tal ilusão. Este homem constituía um exemplo vivo dos atuais filósofos revolucionários alemães<sup>(1)</sup>

# FEUERBACH

Oposição entre a concepção materialista e a idealista

## INTRODUÇÃO

### I

De acordo com certos ideólogos alemães, a Alemanha teria sido nestes últimos anos o teatro de uma revolução sem precedentes. O processo de decomposição do sistema hegeliano, iniciado com Strauss<sup>(2)</sup>, teria dado origem a uma fermentação universal para a qual teriam sido arrastadas todas as “potências do passado”. Nesse caos universal, formaram-se impérios poderosos que depois sofreram uma derrocada imponente, surgiram heróis efêmeros mais tarde derrubados por rivais audazes e mais poderosos. Perante uma tal revolução, a Revolução francesa não foi mais do que uma brincadeira de crianças e os combates dos diádocos<sup>(3)</sup> parecem-nos mesquinhos. Os princípios foram substituídos, os heróis do pensamento derrubaram-se uns aos outros: de 1842 a 1845, o solo alemão foi mais revolvido do que nos três séculos anteriores.

E tudo isto se teria passado nos domínios do pensamento puro<sup>(4)</sup>.

Trata-se, com efeito, de um acontecimento interessante: o processo de decomposição do espírito absoluto<sup>(5)</sup>

Depois de se extinguir a sua última centelha de vida, os diversos elementos deste *caput mortuum*<sup>(6)</sup> entraram em decomposição, formaram novas combinações e constituíram novas substâncias. Os industriais da filosofia, que até então viviam da exploração do espírito absoluto, ocuparam-se imediatamente dessas novas combinações, procurando com todo o zelo fazer render a parte que lhes coubera. Mas também aqui havia concorrência... No início, esta foi praticada de uma forma bastante séria e burguesa; mais tarde, quando o mercado alemão ficou saturado e se verificou ser impossível, apesar de todos os esforços, escoar a mercadoria no mercado mundial, o negócio foi viciado, como é habitual na Alemanha, por uma produção inferior, pela alteração da qualidade, pela adulteração da matéria-prima, a falsificação dos rótulos, as vendas fictícias, os cheques sem cobertura e a instauração de um sistema de crédito sem qualquer base concreta. Esta concorrência deu origem a uma luta encarniçada que nos é agora apresentada e enaltecida como uma revolução histórica que teria conseguido prodigiosos resultados e conquistas.



Mas para ter uma idéia justa desta charlatanice filosófica que desperta no coração do honesto burguês alemão um agradável sentimento nacional, para dar uma idéia concreta da mesquinhez, da pequenez provinciana<sup>(7)</sup> de todo este movimento jovem-hegeliano, e especialmente de todo o contraste trágico-cômico entre aquilo que estes heróis realmente fazem e o que julgam fazer, é necessário examinar todo este espetáculo de um ponto de vista exterior à Alemanha<sup>(8)</sup>

Torna-se assim evidente que os jovens hegelianos devem lutar apenas contra estas ilusões da consciência<sup>(9)</sup>

Como, na sua imaginação, as relações entre os homens, todos os seus atos e os seus gostos, as suas cadeias e os seus limites, são produtos da consciência, os jovens-hegelianos, coerentes consigo mesmos, propõem aos homens este postulado moral: substituir a sua consciência atual pela consciência humana crítica ou egoísta e, ao fazê-lo, abolir os seus limites, Exigir uma tal transformação da consciência significa interpretar diferentemente aquilo que existe, isto é, aceitá-lo com uma interpretação diferente. Apesar das suas frases pomposas, que “revolucionam o mundo”, os ideólogos da escola jovem-hegeliana são os maiores conservadores. Os mais jovens deles encontraram a expressão exata para

qualificar a sua atividade quando afirmam lutar unicamente contra uma “fraseologia”; esquecem-se porém de que apenas lhe opõem uma outra fraseologia e de que não é lutando contra a fraseologia de um mundo, que se luta com o mundo que realmente existe. Os únicos resultados que se conseguiram com esta crítica filosófica foram alguns esclarecimentos quanto à história religiosa — e mesmo isto de um ponto de vista muito limitado — do cristianismo; todas as suas outras afirmações constituem novas formas de ornamentar a sua pretensão de terem realizado descobertas de importância histórica quando, de fato, não foram mais do que esclarecimentos insignificantes.

Nenhum destes filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e o seu próprio meio material.

## **A. A IDEOLOGIA ALEMÃ E EM ESPECIAL A FILOSOFIA ALEMÃ.**

(10)

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas

condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas aquando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Estas bases são portanto verificáveis por vias puramente empíricas.

A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos<sup>(11)</sup>

O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. Não poderemos fazer aqui um estudo aprofundado da constituição física do homem ou das condições naturais, geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras<sup>(12)</sup>, que se lhe depararam já elaboradas. Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decurso da história.

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são, O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção.

Esta produção só aparece com o aumento da população e pressupõe a existência de relações entre os indivíduos.

A forma dessas relações é por sua vez condicionada pela produção.

\* \* \*

As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão de trabalho e das relações internas em cada uma delas. Este princípio é universalmente reconhecido. No

entanto, não são apenas as relações entre uma nação e qualquer outra que dependem do nível de desenvolvimento da sua produção e das suas relações internas e externas; o mesmo acontece com toda a estrutura interna dessa nação. Reconhece-se facilmente o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação a partir do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Na medida em que não constitui apenas uma mera extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas (como, por exemplo, o aproveitamento de terras incultas), qualquer nova força de produção tem por consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e, como consequência, à separação entre a cidade e o campo e à oposição dos seus interesses. O seu desenvolvimento ulterior conduz à separação do trabalho comercial e do trabalho industrial. Simultaneamente, e devido à divisão de trabalho no interior dos diferentes ramos, assiste-se ao desenvolvimento de diversas subdivisões entre os indivíduos que cooperam em trabalhos determinados. A posição de quaisquer destas subdivisões particulares relativamente às outras é condicionada pelo modo de exploração do trabalho agrícola, industrial e comercial

(patriarcado, escravatura, ordens e classes). O mesmo acontece quando o comércio se desenvolve entre as diversas nações.

Os vários estádios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade; por outras palavras, cada novo estágio na divisão de trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que toca à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho.

A primeira forma da propriedade é a propriedade da tribo; corresponde ao tipo rudimentar da produção em que os homens se alimentavam da caça e da pesca, da criação de gado e de uma agricultura incipiente, a qual pressupunha uma enorme quantidade de terras incultas. A divisão do trabalho é então muito pouco desenvolvida e limita-se a constituir uma extensão da divisão do trabalho natural que existia no âmbito da família. A estrutura social é, ela própria, uma extensão da estrutura familiar: no topo encontravam-se os chefes da tribo patriarcal, seguidos dos membros da tribo e, finalmente, dos escravos. A escravatura latente na família só se desenvolve pouco a pouco com o crescimento da população, das necessidades, e das relações exteriores; e, quanto a estas, quer fossem através da guerra ou do comércio.

A segunda forma de propriedade é a propriedade comunitária e a propriedade estatal, que encontramos na antigüidade e que provém sobretudo da reunião de várias tribos numa única cidade, por contrato ou por conquista, e na qual subsiste a escravatura. A par da propriedade comunitária desenvolve-se a propriedade privada mobiliária e mais tarde a imobiliária; mas desenvolve-se ainda como uma forma anormal e subordinada à propriedade comunitária. Os cidadãos só coletivamente exercem o seu poder sobre os escravos que trabalham para eles, o que os liga à forma da propriedade comunitária. Esta forma constitui já um tipo de propriedade privada dos cidadãos ativos que, face aos escravos, são obrigados a conservar ainda uma forma natural de associação. Toda a estrutura social que nela se baseia, assim como o poder do povo, desagregam-se ulteriormente na exata medida em que se desenvolve, principalmente, a propriedade privada imobiliária. A divisão de trabalho está mais evoluída; encontramos já a oposição entre a cidade e o campo, e mais tarde a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e aqueles que representam o interesse dos campos. Mesmo no interior das cidades vamos encontrar uma oposição entre o comércio marítimo e a indústria. As relações de classe entre cidadãos e escravos atingem o seu maior desenvolvimento<sup>(13)</sup>.

Com a evolução da propriedade privada, surgem pela primeira vez as relações que reencontramos na propriedade privada moderna, embora numa escala maior: por um lado, a concentração da propriedade privada que começou muito cedo em Roma, como o prova a lei agrária de Licinius<sup>(14)</sup>, e que avançou rapidamente a partir das guerras civis e sobretudo sob o Império; por outro lado, e em correlação com estes fatos, a transformação dos pequenos camponeses plebeus num proletariado, cuja situação intermédia entre os cidadãos possuidores e os escravos impediu um desenvolvimento independente.

A terceira forma é a propriedade feudal ou propriedade por ordens. Ao passo que a antigüidade partia da cidade e do seu pequeno território, a Idade Média partia do campo. A população existente, espalhada por uma enorme superfície que nem sequer os conquistadores vinham ocupar, condicionou esta mudança de ponto de partida. Contrariamente ao que acontecera na Grécia e em Roma, o desenvolvimento feudal inicia-se portanto numa extensão territorial muito maior, preparada pelas conquistas romanas e pelo desenvolvimento do cultivo da terra a que aquelas inicialmente deram origem. Os últimos séculos do Império Romano em declínio e as conquistas dos bárbaros destruíram uma grande massa de forças



produtivas: a agricultura definha, a indústria entra em decadência por falta de mercados, o comércio arrasta-se penosamente ou é totalmente interrompido pela violência, e a população, tanto a rural como a urbana, diminui. Esta situação e o modo de organização a que deu origem desenvolveram, sob a influência da organização militar dos Germanos, a propriedade feudal. Tal como a propriedade da tribo e da comuna, aquela repousa por sua vez numa comunidade em que já não são os escravos, como acontecera no sistema antigo, mas sim os servos da gleba que constituem a classe diretamente produtora. Paralelamente ao processo de desenvolvimento do feudalismo surge a oposição às cidades. A estrutura hierárquica da propriedade fundiária e a suserania militar que lhe correspondia conferiram à nobreza um poder total sobre os servos. Esta estrutura feudal, do mesmo modo que a antiga propriedade comunal, constituía uma associação contra a classe produtora dominada; e as diferenças existentes entre esses dois tipos de associação e de relações com os produtores imediatos eram uma consequência do fato de as condições de produção serem diferentes.

A esta estrutura feudal da propriedade fundiária correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, a organização feudal do artesanato. Aqui, a propriedade consistia

principalmente no trabalho de cada indivíduo, e foi a necessidade de associação contra uma nobreza voraz, a vantagem de dispor de locais de venda comuns numa época em que o industrial era simultaneamente comerciante, a concorrência crescente dos servos que se evadiam em massa para as cidades prósperas e a estrutura feudal de todo o país que levaram à constituição de corporações; os pequenos capitais economizados pouco a pouco pelos artesãos isolados e o número invariável que estes representavam numa população que aumentava sem cessar desenvolveram a condição de companheiro e de aprendiz, que, nas cidades, deu origem a uma hierarquia semelhante à existente no campo.

Portanto, durante a época feudal, o tipo fundamental de propriedade era o da propriedade fundiária à qual estava submetido o trabalho dos servos, por um lado, e, por outro, o trabalho pessoal apoiado num pequeno capital e regendo o trabalho dos oficiais. A estrutura de cada uma destas duas formas era condicionada pelas limitadas relações de produção, a agricultura rudimentar e restrita e a indústria artesanal. Aquando do apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho foi muito pouco impulsionada: cada país continha em si mesmo a oposição cidade-campo. A divisão em ordens era muito acentuada mas não encontramos nenhuma outra divisão de trabalho importante fora da separação entre

príncipes, nobreza, clero e camponeses no campo, e mestres, companheiros e aprendizes, e posteriormente uma plebe de jornaleiros, nas cidades. Na agricultura, essa divisão tornava-se mais difícil pela existência da exploração parcelar, paralelamente à qual se desenvolveu a indústria doméstica dos próprios camponeses; na indústria, não existia divisão do trabalho dentro de cada ofício, e muito pouca entre os diferentes ofícios. A divisão entre o comércio e a indústria existia já nas cidades antigas, mas só mais tarde se desenvolveu nas cidades novas, quando estas iniciaram contatos mútuos.

O agrupamento de terras de uma certa extensão em reinos feudais era tanto uma necessidade para a nobreza da terra como para as cidades. É por esta razão que a organização da classe dominante, isto é, da nobreza, teve sempre um monarca à cabeça.

\* \* \*

Como vemos, são sempre indivíduos determinados<sup>(15)</sup>, com uma atividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. É necessário que, em cada caso particular, a observação empírica<sup>(16)</sup> mostre nos fatos, e sem qualquer especulação ou mistificação, o elo existente entre a estrutura

social e política e a produção. A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultam daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente. Resultam portanto da forma como atuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade<sup>(17)</sup>

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc.<sup>(18)</sup>, mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os

homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura<sup>(19)</sup> isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico.

Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta

realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento... Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como sua consciência

Esta forma de considerar o assunto não é desprovida de pressupostos. Parte de premissas reais e não as abandona um único instante. Estas premissas são os homens, não isolados nem fixos de uma qualquer forma imaginária, mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas, desenvolvimento este que é visível empiricamente. Desde que se represente este processo de atividade vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como a apresentam os empiristas, que são eles próprios ainda abstratos, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como a apresentam os idealistas.

É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É nesse ponto que termina o fraseado vago sobre a

consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar. Ao expor a realidade, a filosofia deixa de ter um meio onde possa existir de forma autônoma. Em vez dela poder-se-á considerar, quando muito, uma síntese dos resultados mais gerais que é possível abstrair do estudo do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações, tomadas em si, destacadas da história real não têm qualquer valor. Podem quando muito servir para classificar mais facilmente a matéria, para indicar a sucessão das suas estratificações particulares. Mas não dão, de forma alguma, como a filosofia, uma receita, um esquema segundo o qual se possam acomodar as épocas históricas. Pelo contrário, a dificuldade começa precisamente quando se inicia o estudo<sup>(20)</sup> e a classificação desta matéria, quer se trate de uma época passada ou do tempo presente. A eliminação destas dificuldades depende de premissas que é impossível desenvolver aqui, pois resultam do estudo do processo de vida real e da atuação dos indivíduos de cada época. Iremos explicar através de exemplos históricos algumas das abstrações consciência que usaremos quando do estudo da ideologia.

## [2]

É certo<sup>(21)</sup> que não nos preocuparemos em explicar aos nossos sábios filósofos que, ao dissolverem na “consciência de si” a filosofia, a teologia, a substância, etc., libertando assim “o homem” da ditadura que nunca o subjugou, não contribuíram sequer para que a “libertação” do “homem” avançasse um único passo; que não é possível levar a cabo uma libertação real sem ser no mundo real e através de meios reais; que não é possível abolir a escravatura sem a máquina a vapor e a muke-jenny<sup>(22)</sup> nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura; que, mais genericamente, não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem completamente aptos a fornecermos-se de comida e bebida, a satisfazerem as suas necessidades de alojamento e vestuário em qualidade e quantidade perfeitas<sup>(23)</sup>. A “libertação” é um fato histórico e não um fato intelectual, e é provocado por condições históricas, pelo [progresso] da indústria, do comércio, da agricultura...<sup>(24)</sup> estas (provocam) depois, em virtude dos seus diferentes estádios de desenvolvimento, esses absurdos: a substância, o sujeito, a consciência de si e a crítica pura, assim como os absurdos religiosos e teológicos, que são novamente eliminados quando já estão suficientemente desenvolvidos.



Naturalmente, num país como a Alemanha, onde o desenvolvimento histórico só se produz da forma mais trivial, estes movimentos na esfera do pensamento puro, esta trivialidade glorificada e inativa compensam a insuficiência de movimentos históricos, se incrustas e há que se combatê-los. Mas esta luta não tem uma importância histórica geral, ela só tem uma importância local<sup>(25)</sup>.

## **(A História)**

De fato, para o materialista prático<sup>(26)</sup> ou seja para o comunista, é mister revolucionar o mundo existente, atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontra. Se por vezes se observam em Feuerbach pontos de vista semelhantes a este, é necessário anotar que nunca vão além de simples intuições isoladas com muito pouca influência sobre toda a sua concepção geral; apenas podemos considerá-los como germes susceptíveis de desenvolvimento. Para Feuerbach, a “concepção”<sup>(27)</sup> do mundo sensível limita-se, por um lado, à simples contemplação deste último e, por outro, ao simples sentimento. Refere-se ao “Homem” em vez de se referir aos “homens históricos reais”. “O Homem” é na realidade “o Alemão”. No primeiro caso, isto é, na contemplação do mundo sensível, choca-se necessariamente com objetos que se encontram em contradição com a sua consciência

e o seu sentimento, que perturbam a harmonia de todas as partes do mundo sensível que pressupusera sobretudo a do homem e da natureza. Para eliminar estes objetos é-lhe necessário refugiar-se num duplo ponto de vista: entre uma visão profana que apenas se apercebe daquilo “que é visível a olho nu” e uma outra mais elevada, filosófica, que alcança a “verdadeira essência das coisas”.(28)

Não vê que o mundo sensível em seu redor não é objeto dado diretamente para toda a eternidade, e sempre igual a si mesmo, mas antes o produto da indústria e do estado da sociedade, isto é, um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações(29) cada uma das quais ultrapassava a precedente, aperfeiçoando a sua indústria e o seu comércio, e modificava o seu regime social em função da modificação das necessidades. Até os objetos da mais simples “certeza sensível” só lhe são dados através do desenvolvimento social, da indústria e das trocas comerciais. Sabe-se que a cerejeira, como todas as outras árvores frutíferas, foi trazida para as nossas latitudes pelo comércio, apenas há alguns séculos, e que foi somente devido à ação de uma sociedade determinada, numa época determinada, que a árvore surgiu como “certeza sensível” a Feuerbach.

Aliás, nesta concepção que vê as coisas tais como são na realidade e como realmente ocorrem, qualquer problema filosófico profundo se reduz muito simplesmente a um fato empírico, como veremos mais claramente um pouco adiante. Tomemos como exemplo a importante questão das relações entre o homem e a natureza (ou mesmo, tal como Bruno diz na página 110<sup>(30)</sup>, as “contradições na natureza e na história.”, como se aí houvesse duas “coisas” disjuntas, como se o homem não se encontrasse sempre perante uma natureza que é histórica e uma história que é natural). Esta questão, da qual nasceram todas as “obras de uma grandeza insondável”<sup>(31)</sup> sobre a “Substância” e a “Consciência de si”, reduz-se à compreensão do fato de que a tão célebre “Unidade do homem e da natureza” existiu sempre na indústria e se apresentou em cada época sob formas diferentes consoante o desenvolvimento maior ou menor dessa indústria; e o mesmo acontece quanto à “Luta” do homem contra a natureza, até que as forças produtivas desde último se tenham desenvolvido sobre uma base adequada. A indústria e o comércio, a produção e a troca das necessidades vitais condicionam a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais, sendo, por sua vez, condicionadas por elas no seu modo de funcionamento. E é por isso que Feuerbach apenas vê, por exemplo, em Manchester, fábricas

e máquinas, quando há um século atrás apenas aí existiam teares e oficinas de tecelão, e só descobre pastagens e pântanos nos campos romanos onde, no tempo de Augusto, só poderia ter encontrado vinhas e mansões de capitalistas romanos. Feuerbach refere-se em particular à concepção da ciência da natureza, evoca segredos que apenas são visíveis pelo físico e o químico; mas que seria da ciência da natureza sem o comércio e a indústria? E não serão o comércio e a indústria, a atividade material dos homens, que atribuem um fim a essa ciência da natureza dita “pura” e lhe fornecem os seus materiais?

Essa atividade, esse trabalho, essa criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo o mundo sensível tal como hoje existe, e a tal ponto que se o interrompêssemos apenas por um ano, Feuerbach não só encontraria enormes modificações no mundo natural como até lamentaria a perda de todo o mundo humano e da sua própria faculdade de contemplação, ou mesmo da sua própria existência. É certo que o primado da natureza exterior não deixa por isso de subsistir, e tudo isto não pode certamente aplicar-se aos primeiros homens nascidos por *generatio aequivoca* (geração espontânea-NT), mas esta distinção apenas tem sentido se se considerar o homem como sendo diferente da natureza. De qualquer modo, esta natureza que precede a história dos

homens não é de forma alguma a natureza que rodeia Feuerbach; tal natureza não existe nos nossos dias, salvo talvez em alguns atóis australianos de formação recente, e portanto não existe para Feuerbach.

Admitimos que Feuerbach tem sobre os materialistas “puros” a grande vantagem de se aperceber de que o homem é também um “objeto sensível”; mas abstraímos do fato de apenas o considerar como “objeto sensível” e não como “atividade sensível”, pois nesse ponto ainda se agarra à teoria e não integra os homens no seu contexto social, nas suas condições de vida que fizeram deles o que são. Não há dúvida de que nunca atinge os homens que existem e atuam realmente, que se atém a uma abstração, homem real o “homem”, e que apenas consegue reconhecer o homem “real, individual, em carne e osso”, no sentimento ou, dizendo de outro modo, apenas conhece o amor e a amizade enquanto “relações humanas” “do homem com o homem”, e mesmo assim idealizadas. Não critica as atuais condições de vida. Não consegue apreender o mundo sensível como a soma da atividade viva e física dos indivíduos que o compõem e, quando por exemplo observa um grupo de homens com fome, cansados e tuberculosos, em vez de homens de bom porte, é constrangido a refugiar-se na “concepção superior das coisas” e na “compensação ideal no interior do gênero”; cai

portanto no idealismo, precisamente onde o materialismo vê simultaneamente a necessidade e a condição de uma transformação radical tanto da indústria como da estrutura social.

Enquanto materialista, Feuerbach nunca faz intervir a história; e quando aceita a história, não é materialista. Nele, história e materialismo são coisas complementemente separadas, o que de resto já é suficientemente explicado pelas considerações precedentes.<sup>(32)</sup>

Relativamente aos Alemães, que se julgam desprovidos de qualquer pressuposto, devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc.. O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. Mesmo quando a realidade sensível se reduz a um simples pedaço de madeira, ao mínimo possível, como em São Bruno, essa mesma realidade implica a atividade

que produz o pedaço de madeira. Em qualquer concepção histórica, é primeiro necessário observar este fato fundamental em toda a sua importância e extensão e colocá-lo no lugar que lhe compete. Todos sabem que os alemães nunca o fizeram; nunca tiveram uma base terrestre para a história e nunca tiveram, por isso, nenhum historiador. Tanto os franceses como os ingleses, se bem que apenas se apercebessem da conexão entre este fato e a história de um ponto de vista bastante restrito, e sobretudo enquanto se mantiveram prisioneiros da ideologia política, não deixaram por isso de levar a cabo as primeiras tentativas para dar à historiografia uma base materialista, escrevendo as primeiras histórias da sociedade civil, do comércio e da indústria.

O segundo ponto a considerar é que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de a satisfazer e o instrumento utilizado para tal conduzem a novas necessidades e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro fato histórico. É aí que se reconhece imediatamente de que massa é feita a grande sabedoria histórica dos alemães; porque na falta de material positivo e quando não debatem disparates teológicos, políticos ou literários, os alemães deixam de falar em história para passarem a referir-se aos “tempos pré-históricos”, não nos indicando aliás como se passa desta absurda “pré-história” para a história propriamente dita se bem que seja

evidente, por outro lado, que as suas especulações históricas se servem desta “pré-história” porque aí se julgam a salvo da ingerência dos “toscos acontecimentos” e ainda porque aí podem dar rédea solta aos seus instintos especulativos propondo e recusando milhares de hipóteses.

O terceiro aspecto que intervém diretamente no desenvolvimento histórico é o fato de os homens, que em cada dia renovam a sua própria vida, criarem outros homens, reproduzirem-se: é a relação entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, a família. Esta família, que é inicialmente a única relação social, transforma-se numa relação subalterna (exceto na Alemanha) quando o acréscimo das necessidades engendra novas relações sociais e o crescimento da população dá origem a novas necessidades; deve-se por conseguinte abordar e desenvolver este tema da família a partir dos fatos empíricos existentes e não do “conceito de família”, como é hábito fazer-se na Alemanha. Aliás, não se devem compreender estes três aspectos da atividade social como três estados diferentes, mas muito simplesmente como três aspectos ou, para empregar uma linguagem compreensível para os alemães, três “momentos” que coexistiram desde o início da história dos primeiros homens o que ainda hoje nela se manifestam.



A produção da vida, tanto a própria através do trabalho como a alheia através da procriação, surge-nos agora como uma relação dupla: por um lado como uma relação natural e, por outro, como uma relação social — social no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneira e com que objetivo. Segue-se que um determinado modo de produção ou estágio de desenvolvimento industrial se encontram permanentemente ligados a um modo de cooperação ou a um estado social determinados, e que esse modo de cooperação é ele mesmo uma “força produtiva”; segue-se igualmente que o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social e que se deve estudar e elaborar a “história dos homens” em estreita correlação com a história da indústria e das trocas. Mas é também evidente que é impossível escrever tal história na Alemanha, pois faltam aos alemães, para o fazer, não somente os materiais e a capacidade para a conceber mas também a “certeza sensível”; e por outro lado não é possível levar a cabo experiências sobre estas questões do outro lado do Reno visto que aí já não se faz história. Logo, manifesta-se imediatamente um sistema de laços materiais entre os homens que é condicionado pelas necessidades e o modo de produção e que é tão velho como os próprios homens — sistema de laços que adquire

constantemente novas formas e tem assim uma “história” mesmo sem que exista ainda qualquer absurdo político ou religioso que contribua também para unir os homens.

E só agora, depois de já examinados quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, nos apercebemos de que o homem também possui “consciência”.(33)

Mas não se trata de uma consciência que seja de antemão consciência “pura”. Desde sempre pesa sobre o “espírito” a maldição de estar “imbuído” de uma matéria que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência: é a consciência real, prática, que existe também para outros homens e que portanto existe igualmente só para mim e, tal como a consciência, só surge com a necessidade, as exigências dos contatos com os outros homens(34).

Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal “não se encontra em relação” com coisa alguma, não conhece de fato qualquer relação; para o animal, as relações com os outros não existem enquanto relações.

A consciência é pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é. antes de tudo, a consciência do

meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é simultaneamente a consciência da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda-poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atemoriza tanto como aos animais; por conseguinte, uma consciência de natureza puramente animal (religião natural<sup>(35)</sup>).

Por outro lado, a consciência da necessidade de entabular relações com os indivíduos que o cercam marca para o homem a tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade. Este começo é tão animal como a própria vida social nesta fase; trata-se de uma simples consciência gregária e, neste aspecto, o homem distingue-se do carneiro pelo simples fato de a consciência substituir nele o instinto ou de o seu instinto ser um instinto consciente. Esta consciência gregária ou tribal desenvolve-se e aperfeiçoa-se posteriormente devido ao aumento da produtividade, das necessidades e da população, que constitui aqui o fator básico. É deste modo que se desenvolve a divisão do trabalho que primitivamente não passava de divisão de funções no ato sexual e, mais tarde, de uma divisão “natural” do trabalho consoante os dotes físicos (o vigor corporal, por exemplo), as

necessidades, o acaso, etc. A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real. E igualmente a partir deste instante ela encontra-se em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, da teologia “pura”, da filosofia “pura”, da moral “pura”, etc. Mas mesmo quando essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral, etc., entram em contradição com as relações existentes, isso deve-se apenas ao fato de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente; aliás, o mesmo pode acontecer numa determinada esfera nacional porque, nesse caso, a contradição produz-se não no interior dessa esfera nacional mas entre a consciência nacional e a prática das outras nações, quer dizer, entre a consciência nacional de uma determinada nação e a sua consciência universal<sup>(36)</sup> (como atualmente na Alemanha); mas, dado que esta contradição se apresenta como contradição existente só no dentro do quadro da consciência nacional, para tal nação, lhe parece que também a luta se circunscreve à podridão nacional.

Pouco importa, de resto, aquilo que a consciência empreende isoladamente; toda essa podridão tem um único resultado: os três momentos, constituídos pela força produtiva, o estado social e a consciência, podem e devem necessariamente entrar em conflito entre si, pois, através da divisão do trabalho, torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material<sup>(37)</sup>, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então, a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese do acabar de novo com a divisão do trabalho. Conseqüentemente, os “fantasmas”, “laços”, “ente superior”, “conceito”, “escrúpulos”<sup>(38)</sup>, são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limitações muito empíricas no interior das quais se move o modo de produção da vida e o modo de troca que este implica.<sup>(39)</sup>

Esta divisão do trabalho, que implica todas estas contradições e repousa por sua vez sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição desigual tanto em qualidade como em quantidade; dá portanto origem à propriedades cuja primeira forma, o seu germe, reside na

família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravatura, decerto ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que aqui já corresponde aliás à definição dos economistas modernos segundo a qual é constituída pela livre disposição da força de trabalho de outrem. De resto, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas — na primeira, enuncia-se relativamente à atividade o que na segunda se enuncia relativamente ao produto desta atividade.

A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; mais ainda, esse interesse coletivo não existe apenas, digamos, na idéia, enquanto “interesse universal”, mas sobretudo na realidade como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais é partilhado o trabalho.

É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória, mas sempre sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como laços de

sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; e entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes. Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si (aquilo de que os teóricos alemães nem sequer suspeitam, se bem que sobre isso se lhes tenha mostrado o suficiente nos “Anais franco-alemães” e na “Sagrada Família”<sup>(40)</sup>); depreende-se igualmente que toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas sociais da dominação em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal, atuação a que é estrangida nos primeiros tempos.

Precisamente porque os indivíduos só procuram o seu interesse particular — que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, pois a universalidade é apenas uma forma ilusória da coletividade — esse interesse

apresenta-se como um interesse particular que lhes é “estranho” e “independente”, e que simultaneamente é um interesse universal especial e particular; ou então oscilam no seio deste dualismo, como acontece na democracia. Por outro lado, o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse “universal” ilusório sob a forma de Estado.

Finalmente, a divisão do trabalho oferece-nos o primeiro exemplo do seguinte fato: a partir do momento em que os homens vivem na sociedade natural, desde que, portanto, se verifica uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum, ou seja, quando a atividade já não é dividida voluntariamente mas sim de forma natural, a ação do homem transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e o subjuga, em vez de ser ele a dominá-la. Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico<sup>(41)</sup> e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver,



não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar da manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico. Esta fixação da atividade social, esta petrificação do nosso próprio trabalho num poder objetivo que nos domina e escapa ao nosso controlo contrariando a nossa expectativa e destruindo os nossos cálculos, é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico até aos nossos dias<sup>(42)</sup>.

O poder social, quer dizer, a força produtiva multiplicada que é devida à cooperação dos diversos indivíduos, a qual é condicionada pela divisão do trabalho, não se lhes apresenta como o seu próprio poder conjugado, pois essa colaboração não é voluntária e sim natural, antes lhes surgindo como um poder estranho, situado fora deles e do qual não conhecem nem a origem nem o fim que se propõe, que não podem dominar e que de tal forma atravessa uma série particular de fases e estádios de desenvolvimento tão independente da vontade e da marcha da humanidade que é na verdade ela quem dirige essa vontade e essa marcha da humanidade.

Esta “alienação” — para que a nossa posição seja compreensível para os filósofos — só pode ser abolida mediante duas condições práticas. Para que ela se transforme num poder “insuportável”, quer dizer, num poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens totalmente “privada de propriedade”, que se encontre simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com existência real; ambas as coisas pressupõem um grande aumento da força produtiva, isto é, um estágio elevado de desenvolvimento. Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica atual dos homens decorra no âmbito da história mundial e não no da vida local) é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. Ele constitui igualmente uma condição prática sine qua non, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens e porque, deste modo, o fenômeno da massa “privada de propriedade” pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das

perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens empiricamente universais vivam de fato a história mundial em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local. Sem isto: 1) o comunismo só poderia existir como fenômeno local; 2) as forças das relações humanas não poderiam desenvolver-se como forças universais e, portanto, insuportáveis continuando a ser simples “circunstâncias” motivadas por superstições locais; 3) qualquer ampliação das trocas aboliria o comunismo local. O comunismo só é empiricamente possível como ação “rápida” e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e as trocas mundiais que lhe estejam estreitamente ligadas.

Para nós, o comunismo não é um estado que deva ser implantado, nem um ideal a que a realidade deva obedecer. Chamamos comunismo ao movimento real que acaba com o atual estado de coisas. As condições deste movimento<sup>(43)</sup> resultam das premissas atualmente existentes.

Aliás, a massa de trabalhadores constituída pelos simples operários — força de trabalho maciça, separada do capital ou de qualquer espécie de satisfação mesmo limitada — pressupõe o mercado mundial, sendo a existência deste assegurada pela possibilidade de perda não temporária desse trabalho como fonte segura de

subsistência, perda motivada pela concorrência. O proletariado<sup>(44)</sup> só pode portanto existir à escala da história universal, assim como o comunismo, que é o resultado da sua ação, só pode concretizar-se enquanto existência “histórico-universal”. Existência histórico-universal dos indivíduos, isto é, existência dos indivíduos diretamente ligada à história universal.

De outro modo, como poderia a propriedade ter por exemplo uma história, revestir diferentes formas? Como é que a propriedade fundiária teria podido, com as condições então existentes, passar em França do parcelamento para a concentração nas mãos de alguns, e em Inglaterra da concentração nas mãos de alguns para o parcelamento, como atualmente se verifica? Ou então, como explicar que o comércio, que não é mais do que a troca de produtos entre diferentes indivíduos e nações, domine o mundo inteiro através da relação entre a oferta e a procura — relação que, segundo um economista inglês, paira sobre a terra como a antiga fatalidade e distribui, com mão invisível, a felicidade e a infelicidade entre os homens cria e destrói impérios, faz nascer e desaparecer povos — ao passo que, uma vez abolida a base, a propriedade privada, e instaurada a regulamentação comunista da produção que acaba com a situação que levava os homens a sentirem os seus produtos como coisas

estranhas, toda a força da relação entre a oferta e a procura é reduzida a nada, readquirindo os homens o domínio da troca, da produção e do seu modo de comportamento recíproco?

\* \* \*

A forma das trocas, condicionadas pelas forças de produção existentes em todas as etapas históricas que precederam a atual e que por sua vez as condicionam, é a sociedade civil<sup>(45)</sup>, que, como se depreende do que ficou dito, tem por condição prévia e base fundamental a família simples e a família composta, aquilo a que chamamos clã e de que já foram dadas anteriormente definições mais precisas. É portanto evidente ser esta sociedade civil o verdadeiro lar, o verdadeiro cenário de toda a história e ser absurda a antiga concepção da história que, omitindo as relações reais, se limitava aos grandes acontecimentos históricos e às ações políticas retumbantes.

Até aqui consideramos principalmente um aspecto da atividade humana: o trabalho dos homens sobre a natureza. O outro aspecto, o trabalho dos homens sobre os homens...<sup>(46)</sup>

Origem do Estado e relação do Estado com a sociedade civil.

\* \* \*

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente. Acontece por vezes que estes fatos são completamente alterados pela especulação ao fazer da história recente o fim da história anterior: é assim, por exemplo, que se atribui à descoberta da América o seguinte objetivo: ajudar a eclodir a Revolução francesa. Inserem-se deste modo na história os seus objetivos particulares. que são transformados numa “pessoa ao lado de outras pessoas” (a saber, “Consciência de si, Crítica, Único”, etc.), ao passo que aquilo que se designa pelos termos “Determinação”, “Objetivo”, “Germes”, “Idéia” da história passada é apenas uma abstração da história anterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce na história recente.

Ora, quanto mais as esferas individuais, que atuam uma sobre a outra, aumentam no decorrer desta evolução, e mais o isolamento primitivo das diversas nações é destruído pelo aperfeiçoamento do modo de produção, pela circulação e a divisão

do trabalho entre as nações que daí resulta espontaneamente, mais a história se transforma em história mundial. Assim, se em Inglaterra se inventar uma máquina que, na Índia ou na China, tire o pão a milhares de trabalhadores e altere toda a forma de existência desses impérios, essa descoberta torna-se um fato da história universal. Foi assim que o açúcar e o café demonstraram a sua importância para a história universal no século XIX, quando a carência desses produtos, resultado do bloqueio continental de Napoleão, provocou a rebelião dos alemães contra aquele general, transformando-se assim na base concreta das gloriosas guerras de libertação de 1813. Daqui se depreende que esta transformação da história em história universal não é, digamos, um simples fato abstrato da “Consciência de si”, do Espírito do mundo ou de qualquer outro fantasma metafísico, mas uma ação puramente material que pode ser verificada de forma empírica, uma ação de que cada indivíduo fornece a prova no ato de comer, beber ou vestir-se<sup>(47)</sup>.

A bem dizer, também é um fato perfeitamente empírico o de, na história passada, com a extensão da atividade ao plano da história universal, os indivíduos terem ficado cada vez mais submetidos a um poder que lhes era estranho — opressão que tomavam por uma patifaria daquilo a que se chama o Espírito do

mundo —, poder que se tornou cada vez mais maciço e se revela, em última instância, tratar-se do mercado mundial. Mas é também empírico que esse poder tão misterioso para os teóricos alemães, será abolido pela supressão do atual estado social, pela revolução comunista e pela abolição da propriedade privada que lhe é inerente; a libertação de cada indivíduo em particular realizar-se-á então na medida em que a história se for convertendo totalmente em história mundial. A partir daqui, é evidente que a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende apenas da riqueza das suas relações reais. Só desta forma se poderá libertar cada indivíduo dos seus diversos limites nacionais e locais, depois de entabular relações práticas com a produção do mundo inteiro (incluindo a produção intelectual) e de se encontrar em estado de poder beneficiar da produção do mundo inteiro em todos os domínios (criação dos homens). A dependência universal, essa forma natural da cooperação dos indivíduos ú escala da história mundial, será transformada pela revolução comunista em controlo e domínio consciente desses poderes que, engendrados pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros, se lhes impuserem e os dominaram até agora. como se se tratasse de poderes absolutamente estranhos. Esta concepção pode, por sua vez, ser interpretada de forma especulativa e idealista,



quer dizer, fantástica, como “auto-criação do Gênero” (a “sociedade como sujeito”), representando-se através dela a sucessiva série de indivíduos relacionados entre si como um único indivíduo que realizará o mistério do engendrar-se a si mesmo. Aqui poderemos ver que os indivíduos se criam uns aos outros, tanto física como espiritualmente. mas que não se criam a si mesmos nem na disparatada concepção do São Bruno<sup>(48)</sup> nem no sentido do “Único”, do homem “feito a si mesmo”.

A concepção da história que acabamos de expor permite-nos ainda tirar as seguintes conclusões: 1. No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estágio em que surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas mas sim forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro), assim como, fato ligado ao precedente, nasce no decorrer desse processo do desenvolvimento uma classe que suporta todo o peso da sociedade sem desfrutar das suas vantagens, que é expulsa do seu seio e se encontra numa oposição mais radical do que todas as outras classes, uma classe que inclui a maioria dos membros da sociedade e da qual surge a consciência da necessidade de uma revolução, consciência essa que é a consciência comunista e que, bem entendido, se pode também formar nas outras

classes quando se compreende a situação desta classe particular. 2. As condições em que se podem utilizar forças produtivas determinadas são as condições de dominação de uma determinada classe da sociedade<sup>(49)</sup> o poder social desta classe, decorrendo do que ela possui, encontra regularmente a sua expressão prática sob forma idealista no tipo de Estado próprio de cada época; é por isso que toda a luta revolucionária é dirigida contra uma classe que dominou até então<sup>(50)</sup> Em todas as revoluções anteriores, permanecia inalterado o modo de atividade e procedia-se apenas a uma nova distribuição dessa atividade, a uma nova repartição do trabalho entre outras pessoas; a revolução é, pelo contrário, dirigida — contra o modo de atividade anterior — suprime o trabalho<sup>(51)</sup> e acaba com a dominação de todas as classes pela supressão das próprias classes — pois é realizada pela classe que, no âmbito da atual sociedade, já não é considerada como uma classe dentro dessa sociedade e constitui a expressão da dissolução de todas as classes, de todas as nacionalidades, etc. Torna-se necessária uma transformação maciça dos homens para criar em massa essa consciência e levar a bom termo esses objetivos; ora uma tal transformação só pode ser efetuada por um movimento prático, por uma revolução; esta não será então apenas necessária pelo fato de constituir o único meio de

liquidar a classe dominante, mas também porque só uma revolução permitirá à classe que derruba a outra aniquilar toda a podridão do velho sistema e tornar-se apta a fundar a sociedade sobre bases novas<sup>(52)</sup>.

Esta concepção da história tem portanto como base o desenvolvimento do processo real da produção, contritamente a produção material da vida imediata; concebe a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil nos seus diferentes estádios, como sendo o fundamento de toda a história. Isto eqüivale a representá-la na sua ação enquanto Estado, a explicar através dela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, moral, filosofia, etc., e a acompanhar o seu desenvolvimento a partir destas produções; o que permite naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar ainda a cação recíproca dos seus diferentes aspectos). Ela não é obrigada, como acontece à concepção idealista da história, a procurar uma categoria diferente para cada período, antes se mantendo constantemente no plano real da história; não tenta explicar a prática a partir da idéia, mas sim a formação das idéias a partir da prática material; chega portanto, à conclusão de que todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não pela crítica intelectual, pela redução à “Consciência de si” ou

pela metamorfose em “aparições”, em “fantasmas”<sup>(53)</sup>, etc., mas unicamente pela destruição prática das relações sociais concretas de onde nasceram as bagatelas idealistas. Não é a Crítica mas sim a revolução que constitui a força motriz da história, da religião, da filosofia ou de qualquer outro tipo de teorias. Esta concepção mostra que o objetivo da história não consiste em resolver-se em “Consciência de si” enquanto “Espírito do espírito”, mas que se encontrem dados em cada estágio um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que são por um lado modificadas pela nova geração mas que, por outro lado, lhe ditam as suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um caráter específico; por consequência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária. Esta soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo o cada geração encontram como dados já existentes é a base concreta daquilo que os filósofos consideram como “substância” e “essência do homem”, daquilo que aprovaram e daquilo que combateram, base concreta cujos efeitos e cuja

influência sobre o desenvolvimento dos homens não são de forma alguma afetados pelo fato de os filósofos se revoltarem contra ela na qualidade de “Consciência de si” e de “Únicos”. São igualmente essas condições de vida, que cada geração encontra já elaboradas, que determinam se o abalo revolucionário que se reproduz periodicamente na história será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo quanto existe; os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro, a constituição de uma massa revolucionária que faça a revolução não apenas contra as condições particulares da sociedade passada mas ainda contra a própria “produção da vida” anterior, contra o “conjunto da atividade” que é o seu fundamento; se estas condições não existem, é perfeitamente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a idéia desta revolução já tenha sido expressa mil vezes. como o prova a história do comunismo.

Até aqui, todas as concepções históricas recusaram esta base real da história ou, pelo menos, consideraram-na como algo de acessório, sem qualquer ligação com a marcha da história. É por isto que a história foi sempre descrita de acordo com uma norma que se situa fora dela. A produção real da vida surge na origem da história mas aquilo que é propriamente histórico surge separado da vida ordinária, como extra e

supraterrestre. As relações entre os homens e a natureza são assim excluídas da historiografia, o que dá origem à oposição entre natureza e história. Conseqüentemente, esta concepção só permitiu encontrar os grandes acontecimentos históricos ou políticos, as lutas religiosas e principalmente teóricas, e foi obrigada a partilhar com qualquer época histórica a ilusão dessa época. Suponhamos que uma dada época julga ser determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, se bem que “política” e “religião” constituam apenas as formas adquiridas pelos seus motores reais: o seu historiador aceitará aquela opinião. A “imaginação”, a “representação” que esses homens determinados têm da sua prática real transforma-se no único poder determinante e ativo que domina e determina a prática desses homens. Se a forma rudimentar sob a qual se apresenta a divisão do trabalho na Índia e no Egito suscita a existência nestes países de um regime de castas no Estado e na religião, o historiador pensa que esse regime de castas constitui o poder que engendrou a forma social rudimentar. Enquanto os Franceses e os Ingleses se atêm à ilusão política, que é ainda a mais próxima da realidade, os alemães movem-se no domínio do “espírito puro” e fazem da ilusão religiosa a força motriz da história. A filosofia da história de Hegel é o último resultado

conseqüente, levado à sua “expressão mais pura”, de toda esta forma de descrever a história, típica dos alemães, e na qual não interessam os interesses reais nem sequer os interesses políticos mas sim as idéias puras.

Nestas condições, não admira que a história surja a São Bruno como uma mera seqüência de “Idéias” que lutam entre si e que finalmente se resolve na “Consciência de si”, e que para São Max Stirner, que nada sabe de história, o desenvolvimento desta seja, e com muito mais lógica, uma simples história de “cavaleiros”, de bandidos e de fantasmas de cuja visão só consegue escapar graças ao “gosto do sacrilégio”, Esta concepção é verdadeiramente religiosa, pressupõe que o homem religioso é o homem primitivo de que parte toda a história, e substitui, na sua imaginação, a produção real dos meios de vida e da própria vida por uma produção religiosa de coisas imaginárias. Toda esta concepção da história, assim como a sua degradação e os escrúpulos e as dúvidas que daí resultam, é uma questão puramente nacional que só interessa aos alemães. Um exemplo disto é a importante questão, recentemente muito debatida, de saber como se poderá exatamente passar “do reino de Deus para o reino dos homens”; como se este “reino de Deus” tivesse existido alguma vez fora da imaginação dos homens e como se estes doutos senhores não tivessem vivido sempre (e

sem dar por isso) no “reino dos homens” que procuram, ou como ainda se o divertimento científico — pois trata-se apenas disso que consiste em tentar explicar a singularidade desta construção teórica nas nuvens não fosse muito melhor aplicado na procura das razões de ela ter nascido do estado de coisas real à face da terra. Em geral, esses alemães preocupam-se contentemente em explicar os absurdos que encontram através de outras quimeras; pressupõem que todos estes absurdos têm um sentido particular que é necessário descobrir, quando conviria explicar esta fraseologia teórica a partir das relações reais existentes. A verdadeira solução prática desta fraseologia, a eliminação destas representações na consciência dos homens, só será realizada, repitamo-lo, através de uma transformação das circunstâncias e não por deduções teóricas. Para a grande massa dos homens, para o proletariado, estas representações teóricas não existem, e portanto não têm necessidade de ser suprimidas; e se esses homens já tiveram algumas representações teóricas como, por exemplo, a religião, há muito que estas foram destruídas pelas circunstâncias.

O caráter puramente nacional destas questões e das suas soluções manifesta-se ainda no fato de esses teóricos acreditarem, e o mais seriamente deste mundo, que as divagações do espírito do gênero “Homem-deus”, “Homem”, etc.,



presidiram às diferentes épocas da história — São Bruno chega a afirmar que são apenas “o Crítico e as críticas que fazem a história” — e ainda, quando se entregam a construções históricas, por saltarem rapidamente por cima de todo o passado, passando da “civilização mongol” à história propriamente “rica de conteúdo”, isto é, à história dos Anais de Halle e dos Anais alemães<sup>(54)</sup>, e acabando por nos contar apenas como a escola hegeliana degenerou em disputa geral. Todas as outras nações e todos os acontecimentos reais foram esquecidos limitando-se o teatro do mundo à feira dos livros de Leipzig e às controvérsias recíprocas da “Crítica”, do “Homem” e do “Único”<sup>(55)</sup>.

Quando se lembram de estudar temas verdadeiramente históricos como o século XVIII, por exemplo, estes filósofos só nos dão a história das representações, destacada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que delas constituem a base; mais ainda, só concebem uma tal história com o objetivo de representar a época em questão como uma primeira etapa imperfeita, como um prenúncio ainda limitado da verdadeira época histórica, ou seja, da época de luta dos filósofos alemães, entre 1840 e 1844. Pretendem portanto escrever uma história do passado que faça resplandecer com o maior brilho a glória de uma pessoa que não é histórica e daquilo que ela imaginou; não interessa, pois, evocar quaisquer

acontecimentos realmente históricos nem sequer as intrusões da política na história. Em compensação, interessa fornecer um escrito que não repouse num estudo sério mas sim em montagens históricas e em ninharias literárias, como o fez São Bruno na sua História do século XVI!! atualmente esquecida. Estes enfatuados merceeiros do pensamento que se julgam infinitamente acima dos preconceitos nacionais são, na prática, muito mais nacionais do que esses filisteus das cervejarias que sonham burguesmente com a unidade alemã. Recusam todo o caráter histórico às ações dos outros povos, vivem na Alemanha e para a Alemanha, transformam a Canção do Reno em hino espiritual<sup>(56)</sup>, e conquistam a Alsácia-Lorena pilhando a filosofia francesa, em vez de pilharem o Estado francês, e germanizando o pensamento francês, em vez de germanizarem as províncias francesas. Até o Sr. Veneday<sup>(57)</sup> faz figura de cosmopolita ao lado de São Bruno e de São Max<sup>(58)</sup> que proclamam a hegemonia da Alemanha quando proclamam a hegemonia da teoria. Destas considerações deduz-se facilmente o erro em que cai Feuerbach quando (na Revista trimestral de Wigand, 1845, tomo II<sup>(59)</sup>), ao qualificar-se de “homem comunitário”, se proclama comunista e transforma este nome num predicado de “o” homem, julgando assim poder transformar numa simples categoria o termo de

comunista que, no mundo atual, designa aquele que adere a um determinado partido revolucionário. Toda a dedução de Feuerbach no que respeita às relações recíprocas entre os homens pretende unicamente provar que os homens têm necessidade uns dos outros e que sempre assim aconteceu. Quer que seja estabelecida a consciência deste fato; ao contrário dos outros teóricos, apenas pretende suscitar uma justa consciência de um fato existente, ao passo que para o comunista real o que importa é derrubar essa ordem existente. Por outro lado, reconhecemos que Feuerbach, nos seus esforços para generalizar a consciência deste fato, vai tão longe quanto lhe é possível sem deixar de ser um teórico e um filósofo; mas pensamos ser característico o fato de São Bruno e São Max utilizarem a representação do comunista segundo Feuerbach em vez do comunista real, e de o fazerem em parte com o objetivo de poderem combater o comunismo enquanto “Espírito do espírito”, enquanto categoria filosófica enquanto adversário existente ao mesmo nível deles — e, no caso de São Bruno, em particular, ainda por interesses pragmáticos. Como exemplo deste reconhecimento e desconhecimento do estado de coisas existentes, lembremos a passagem da Filosofia do futuro<sup>(60)</sup> onde desenvolve a idéia de que o Ser de um objeto ou de um homem constitui igualmente a sua essência, de que as

condições de existência, o modo de vida e a atividade determinada de uma criatura animal ou humana são aqueles com que a sua “essência” se sente satisfeita. Cada concepção é aqui compreendida expressamente como um acaso infeliz, como uma anomalia que não se pode modificar. Portanto, se existem milhões de proletários que não se sentem satisfeitos com as suas condições de vida, se o seu “Ser” não corresponde de forma alguma à sua “essência”, deveríamos considerar este fato como uma infelicidade inevitável que seria conveniente suportar tranqüilamente. No entanto, estes milhões de proletários têm uma opinião muito diferente sobre este assunto e demonstrá-la-ão quando chegar o momento, quando puserem na prática o seu “ser” em harmonia com a sua “essência”, através de uma revolução. É precisamente por isso que, nestes casos, Feuerbach nunca fala do mundo dos homens e se refugia na natureza exterior, na natureza que o homem ainda não controlou. Mas cada invenção nova, cada progresso da indústria faz tombar um pouco esta argumentação e o campo onde nascem os exemplos que permitem verificar as afirmações daquele gênero, diminui cada vez mais. A “essência” do peixe, para retomar um dos exemplos de Feuerbach, corresponde exatamente ao seu “ser”, à água, e a “essência” do peixe de rio será a água desse rio. Mas essa água deixa de ser

a sua “essência” e transforma-se num meio de existência que não lhe convém, a partir do momento em que passa a ser utilizada pela indústria e fica poluída por corantes e outros desperdícios, a partir do momento em que o rio é percorrido por barcos a vapor ou em que o seu curso é desviado para canais onde é possível privar o peixe do seu meio de existência pelo simples ato de cortar a água. Declarar que todas as contradições deste gênero são meras anomalias inevitáveis não difere de modo algum da consolação que São Stirner oferece aos insatisfeitos quando lhes declara que esta contradição lhes é intrínseca, que esta má situação é necessariamente a que lhes corresponde, concluindo que não lhes compete protestar mas sim guardar para si mesmos a sua indignação ou revoltarem-se contra a sua sorte mas de uma forma mítica. Esta “explicação” também não difere da crítica que lhe é feita por São Bruno ao afirmar que essa situação infeliz é uma consequência de os interessados se terem mantido ao nível da “Substância” em vez de progredirem até à “Consciência de si absoluta” e de não terem sabido ver nessas más condições de vida o Espírito do seu espírito.

### [3]

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em conseqüência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias

dominantes da sua época. Consideremos por exemplo um país e um tempo em que o poder real, a aristocracia e a burguesia disputam o poder e onde este é portanto partilhado; vemos que o pensamento dominante é aí a doutrina da divisão dos poderes, por isso enunciada como “lei eterna”.

Reencontramos aqui a divisão de trabalho que antes encontramos como uma das forças capitais da história.

Manifesta-se igualmente no seio da classe dominante sob a forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material, a ponto de encontrarmos duas categorias diferentes de indivíduos nessa mesma classe. Uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que refletem e tiram a sua substância principal da elaboração das ilusões que essa classe tem de si própria), e os outros têm uma atitude mais passiva e mais receptiva face a esses pensamentos e a essas ilusões, porque são, na realidade, os membros ativos da classe e dispõem de menos tempo para produzirem ilusões e idéias sobre as suas próprias pessoas. No seio dessa classe, essa cisão só pode dar origem a uma certa oposição e a uma certa hostilidade entre as duas partes em presença. Mas quando surge um conflito prático em que toda a classe é ameaçada, essa oposição desaparece e cai a ilusão de que as

idéias dominantes não são as idéias da classe dominante e de que têm poder distinto do poder dessa classe. A existência de idéias revolucionárias numa época determinada pressupõe já a existência de uma classe revolucionária; dissemos anteriormente tudo o que era necessário referir acerca das condições prévias de uma tal situação.

Admitamos que, na maneira de conceber a marcha da história, se destacam as idéias da classe dominante dessa mesma classe dominante e que se consideram aquelas como uma entidade. Suponhamos que só nos interessa o fato de determinadas idéias dominarem numa certa época, sem nos preocuparmos com as condições de produção nem com os produtores dessas idéias, abstraindo portanto dos indivíduos e das circunstâncias mundiais que possam estar na base dessas idéias. Poder-se-á então dizer, por exemplo, que no tempo em que reinava a aristocracia, estava-se em pleno reinado dos conceitos de honra, de fidelidade, etc., e que no tempo em que reinava a burguesia existia o reinado dos conceitos de liberdade, de igualdade, etc.(61)

É o que pensa a própria classe dominante. Esta concepção da história, comum a todos os historiadores, principalmente a partir do século XVIII, chocará com o fato de os pensamentos



reinantes serem cada vez mais abstratos, adquirindo cada vez mais uma forma universal. Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. Do simples fato de ela se defrontar com uma outra classe, a classe revolucionária surge-nos primeiramente não como classe mas como representante da sociedade inteira, como toda a massa da sociedade em choque com a única classe dominante. Isto é possível porque, no início, o seu interesse está ainda intimamente ligado ao interesse comum de todas as outras classes não dominantes e porque, sob a pressão do estado de coisas anteriores, este interesse ainda não se pôde desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Por este fato, a vitória dessa classe é útil a muitos indivíduos das outras classes que não conseguem chegar ao poder; mas é unicamente na medida em que coloca os indivíduos em estado de poderem chegar à classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou o domínio da aristocracia, permitiu a muitos proletários subir acima do proletariado, mas permitiu-o apenas no sentido

de que fez deles burgueses. Cada nova classe apenas estabelece portanto o seu domínio numa base mais vasta do que a classe que dominava anteriormente; por outro lado, a oposição entre a nova classe dominante e as que não dominam torna-se ainda mais profunda e atual. Daqui se depreende que o combate que é necessário travar contra a nova classe dirigente terá por fim negar as condições sociais anteriores de uma forma mais decisiva e mais radical do que aquela que fora empregue por todas as classes que antes detiveram o poder. Toda a ilusão que consiste em pensar que o domínio de uma classe determinada é apenas o domínio de certas idéias, cessa naturalmente desde que o domínio de uma classe deixa de ser a forma do regime social, isto é, quando deixa de ser necessário representar um interesse particular como sendo o interesse geral ou de representar o “Universal” como dominante.(62)

Depois de separar as idéias dominantes dos indivíduos que exercem o poder e sobretudo das relações que decorrem de um dado estágio do modo de produção, é fácil concluir que são sempre as idéias que dominam na história, podendo-se então abstrair, destas diferentes idéias, a “Idéia”, ou seja, a idéia por excelência, etc., fazendo dela o elemento que domina na história e concebendo então todas as idéias e conceitos isolados como “autodeterminações” do

conceito que se desenvolve ao longo da história. Em seguida, é igualmente natural fazer derivar todas as relações humanas do conceito de homem, do homem representado, da essência do homem, numa palavra, de o Homem. É o que faz a filosofia especulativa. O próprio Hegel afirma, no fim da Filosofia da história, que “apenas examina o desenvolvimento do Conceito” e que expôs na sua história a “verdadeira teodiceia” (pág. 446). Podemos agora regressar aos produtores “do Conceito”, aos teóricos, ideólogos e filósofos, para chegar à conclusão de que os filósofos enquanto tais sempre dominaram na história ou seja, a um resultado a que o próprio Hegel já tinha chegado, como acabamos de ver. Com efeito, a façanha que consiste em demonstrar que o Espírito é soberano na história (o que Stirner chama hierarquia) reduz-se aos três esforços seguintes: 1.º É necessário separar as idéias daqueles que, por razões empíricas, dominam enquanto indivíduos materiais e em condições empíricas, desses próprios homens, e reconhecer em seguida que são as ilusões ou as idéias que dominam a história. É necessário ordenar esse domínio das idéias, estabelecer uma relação mística entre as sucessivas idéias dominantes, e isto consegue-se concebendo-as como “autodeterminações do conceito”. (O fato de estes pensamentos estarem realmente ligados entre si através da sua base empírica torna a

coisa possível; por outro lado, compreendidos como pensamentos puros e simples, tornam-se diferenciações de si, distinções produzidas pelo próprio pensamento). Para desenvencilhar do seu aspecto místico este “conceito que se determina a si mesmo”, ele é transformado em pessoa “a Consciência de si” — ou, para parecer materialista —, é considerado como uma série de pessoas que representam “o Conceito” na história, a saber “os pensadores”, os “filósofos” e os ideólogos que são considerados, por sua vez, como os fabricantes da história, como “o comitê dos guardiões”, como os dominadores. Eliminam-se simultaneamente todos os elementos materialistas da história e pode-se tranqüilamente dar rédea solta ao pendor especulativo.

Este método do fazer história que era empregue sobretudo na Alemanha deve ser explicado a partir do contexto: a ilusão dos ideólogos em geral que, por exemplo, está relacionada com as ilusões dos juristas, dos políticos (e dos homens de Estado). É então necessário considerar os sonhos dogmáticos e as idéias extravagantes desses sujeitos como uma ilusão que se explica muito simplesmente pela sua posição prática na vida, a sua profissão — e a divisão do trabalho.

Na vida corrente, qualquer shopkeeper<sup>(63)</sup> sabe muito bem fazer a distinção entre aquilo que cada um pretende ser e aquilo que é realmente; mas a nossa história ainda não conseguiu chegar a esse conhecimento vulgar. Relativamente a cada época, a historiografia acredita plenamente naquilo que a época em questão diz de si mesma e nas ilusões que tem sobre si mesma.

## [4]

...foi encontrado<sup>(64)</sup> Do primeiro ponto resulta a necessidade de uma divisão do trabalho aperfeiçoada e de um comércio vasto como condições prévias, resultando o caráter local do segundo ponto. No primeiro caso, deve-se associar os indivíduos; no segundo, estes encontram-se ao mesmo nível de qualquer instrumento de produção, são eles mesmos instrumentos de produção. Surge aqui portanto a diferença entre os instrumentos de produção naturais e os instrumentos de produção criados pela civilização. O campo cultivado (a água, etc.) pode ser considerado como um instrumento de produção natural. No primeiro caso, o do instrumento de produção natural, os indivíduos estão subordinados à natureza; no segundo, estão subordinados a um produto do trabalho. No primeiro caso, a propriedade, trata-se aqui da propriedade fundiária, aparece portanto também como um domínio imediato e natural; no segundo, esta propriedade surge como domínio do trabalho e mais ainda do trabalho acumulado, do capital. O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por algo, quer seja a família, a tribo, até o próprio solo, etc. O segundo pressupõe que eles são independentes uns dos outros e só se mantêm unidos devido às trocas.

No primeiro caso, a troca é essencialmente uma troca entre os homens e a natureza, uma troca em que o trabalho do uns é trocado pelo produto do outro; no segundo, trata-se predominantemente de uma troca entre os próprios homens. No primeiro caso, basta ao homem uma inteligência média e a atividade corporal e intelectual não estão ainda separadas: no segundo, a divisão entre o trabalho corporal e o trabalho intelectual já está praticamente efetuada. No primeiro caso, o domínio do proprietário sobre os não-possuidores pode repousar em relações pessoais, numa espécie de comunidade; no segundo, deverá ter tomado uma forma material, encarnar-se num terceiro termo, .) dinheiro. No primeiro caso, existe a pequena indústria, mas subordinada à utilização do instrumento de produção natural e, portanto, sem repartição do trabalho entre os diferentes indivíduos; no segundo, a indústria só existe na divisão do trabalho e através dela.

Até agora partimos dos instrumentos de produção, e mesmo nestas condições a necessidade da propriedade privada para certos estádios industriais era já evidente. Na industrie extractive<sup>(65)</sup>, a propriedade privada coincide ainda plenamente com o trabalho; na pequena indústria e em toda a agricultura a propriedade é. até agora, a conseqüência necessária dos instrumentos existentes; na grande indústria, a

contradição entre o instrumento de produção e a propriedade privada é tão somente um seu produto, e ela necessita de se encontrar muito desenvolvida para o poder criar. A abolição da propriedade privada só é portanto possível com a grande indústria.

\* \* \*

A maior divisão entre o trabalho material e o intelectual é a traduzida pela separação da cidade e do campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, do provincialismo à nação, e persiste através de toda a história da civilização até aos nossos dias (Liga contra a lei sobre os cereais). A existência da cidade implica imediatamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., numa palavra, a necessidade da organização comunitária, partindo da política em geral. É aí que aparece em primeiro lugar a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo põe em evidência o fato oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da



propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da cidade ou um animal do campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes. O trabalho é anuí ainda o mais importante, o poder sobre os indivíduos, e enquanto este poder existir haverá sempre uma propriedade privada.

A abolição desta oposição entre a cidade e o campo é uma das primeiras condições de uma existência verdadeiramente comunitária; essa condição depende por sua vez de um conjunto de condições materiais prévias que não é possível realizar por um mero ato de vontade, como se pode verificar à primeira vista (é necessário que essas condições já estejam desenvolvidas). Pode-se ainda considerar a separação entre a cidade e o campo como sendo a separação entre o capital e a propriedade fundiária, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade fundiária, como o começo de uma propriedade tendo por única base o trabalho e as trocas.

Nas cidades que não foram construídas antes da Idade Média e se formaram, portanto, nesta época, povoando-se de servos libertos, o trabalho

particular de cada um era a sua única propriedade, para além do pequeno capital que lhes pertencia e que era quase exclusivamente constituído pelos instrumentos mais indispensáveis. A concorrência dos servos fugitivos que não cessavam de afluir às cidades a guerra incessante do campo contra as cidades e, portanto, a necessidade de uma força militar urbana organizada, a relação entre posse-as constituída pela propriedade em comum de um dado trabalho, a necessidade de edifícios comuns para a venda das mercadorias num tempo em que os artesãos eram também comerciantes e a exclusão de tais edifícios de pessoas não qualificadas, a oposição dos interesses das diferentes profissões, a necessidade de proteger um trabalho aprendido com esforço e a organização feudal de todo o país foram a causa de os trabalhadores se unirem em corporações. Não desejamos aprofundar aqui as múltiplas modificações do sistema das corporações introduzidas pelos desenvolvimentos históricos ulteriores. O êxodo dos servos para as cidades prosseguiu sem qualquer interrupção durante toda a idade média. Estes servos, perseguidos no campo pelos seus senhores, chegavam às cidades onde encontravam uma comunidade organizada contra a qual eram impotentes e no interior da qual lhes era necessário aceitar a situação que lhes atribuíam o que era consequência da

necessidade que havia do seu trabalho e do interesse dos seus concorrentes organizados da cidade. Estes trabalhadores, chegando à cidade isolados, nunca conseguiram constituir uma força, pois ou o seu trabalho era da competência de uma dada corporação o devia ser aprendido, o então os mestres dessa corporação submetiam-nos às suas leis o organizavam-nos de acordo com os seus interesses, ou o seu trabalho não exigia qualquer aprendizagem, não era da competência de qualquer corporação, era um trabalho do jornaleiros e, neste caso, nunca chegavam a constituir uma organização mantendo-se como uma plebe inorganizada. A necessidade do trabalho à jornada nas cidades criou a plebe.

Estas cidades formavam verdadeiras “associações” provocadas pelas necessidades imediatas, pelas preocupações de proteção da propriedade, e estavam a multiplicar os meios de produção e os meios de defesa dos seus membros individualmente considerados. A plebe destas cidades, compondose de indivíduos desconhecidos uns dos outros e que chegavam à cidade separadamente, não tinha qualquer organização que lhe permitisse enfrentar um poder já organizado, equipado para a guerra e que os vigiava invejosamente; e isto explica que ela fosse privada de qualquer poder. Os companheiros e aprendizes estavam organizados

em cada profissão da forma que melhor servia os interesses dos mestres<sup>(66)</sup>, as relações patriarcais que existiam entre elas e os mestres conferiam a estes últimos um poder duplo. Por um lado, tinham uma influência direta sobre toda a vida dos oficiais; por outro lado, pelo fato de estas relações representarem uma verdadeira ligação entre os companheiros que trabalhavam para um mesmo mestre, estes constituíam um bloco frente aos companheiros ligados a outros mestres, o que os separava; e em último lugar, os companheiros já estavam ligados ao regime existente pelo simples fato de terem interesse em chegar a mestres. Por conseqüência, enquanto a plebe se lançava, pelo menos de vez em quando, em motins contra toda a ordem municipal, motins esses que, dada a sua impotência eram perfeitamente inoperantes, os oficiais nunca ultrapassaram pequenas rebeliões no interior de corporações isoladas, como existem aliás em qualquer regime corporativo. As grandes sublevações :da idade média partiram todas do campo, e todas elas falharam devido à dispersão dos camponeses e à incultura que era a sua conseqüência.

Nas cidades, o capital era um capital natural que consistia em alojamento, instrumentos e uma clientela natural hereditária, e transmitia-se necessariamente de pais para filhos dado o estado ainda embrionário das trocas e a falta de

circulação que. impossibilitava a realização desse capital. Contrariamente ao capital moderno, o dessa época não podia ser avaliado em dinheiro e não era indiferente que ele fosse aplicado neste ou naquele investimento: tratava-se de um capital ligado diretamente ao trabalho determinado do seu possuidor, inseparável deste trabalho, ou seja, de um capital ligado a um estado.

Nas cidades, a divisão do trabalho efetuava-se ainda de uma forma perfeitamente espontânea entre as diferentes corporações mas não existia entre os operários tomados isoladamente no interior das próprias corporações. Cada trabalhador devia estar apto a executar todo um ciclo de trabalhos; devia poder fazer tudo o que podia ser feito com os seus instrumentos; as trocas restritas, as poucas ligações existentes entre as diversas cidades, a raridade da população e o tipo de necessidade não favoreciam uma divisão de trabalho desenvolvida, e é por isso que quem desejava tornar-se mestre devia conhecer a sua profissão a fundo. Devido a isto, encontra-se ainda nos artesãos da Idade Média um interesse pelo seu trabalho particular e pela habilidade nesse trabalho que podia até elevar-se a um certo sentido artístico. E é também por isso que cada artesão da Idade Média se dava inteiramente ao seu trabalho; sujeitava-se sentimentalmente a ele e estava--lhe muito mais

subordinado do que o trabalhador moderno para o qual o seu trabalho é perfeitamente indiferente.

O seqüente desenvolvimento da divisão de trabalho traduziu-se pela separação entre a produção e o comércio, a formação de uma classe particular de comerciantes, separação essa que já era um fato nas cidades antigas (o caso dos Judeus, entre outros), e que depressa surgiu nas cidades de formação recente. Isto implicava a possibilidade de uma ligação comercial que ultrapassava os arredores mais próximos e a realização desta possibilidade dependia dos meios de comunicação existentes, do estado da segurança pública no campo, o qual era ainda condicionado pelas relações políticas (sabe-se que, durante toda a Idade Média, os comerciantes viajavam em caravanas armadas); dependia também das necessidades do território acessível ao comércio, necessidades cujo grau de desenvolvimento era determinado, em cada caso, pelo nível de civilização.

A constituição de uma classe particular que se entregava apenas ao comércio e o alargamento do comércio para além dos arredores imediatos da cidade graças aos negociantes, fizeram surgir imediatamente uma ação recíproca entre a produção e o comércio. As cidades entram<sup>(67)</sup> em relações entre si, transportam-se de uma cidade para outra instrumentos novos e a divisão da

produção e do comércio suscita rapidamente uma nova divisão da produção entre as diferentes cidades, ficando cada uma a explorar predominantemente um determinado ramo da indústria. Os limites anteriores começam pouco a pouco a desaparecer.

O fato de as forças produtivas adquiridas numa dada localidade, sobretudo as invenções, se perderem ou não, para o desenvolvimento ulterior, dependia unicamente da extensão das trocas. Enquanto não existem ainda relações comerciais para além da vizinhança imediata, é forçoso realizar a mesma invenção em cada localidade, e bastam puros acasos tais como o aparecimento de povos bárbaros e mesmo as guerras normais para obrigar um país que tem forças produtivas e necessidades desenvolvidas a partir novamente do nada. No início da história, era necessário criar todos os dias cada invenção e fazê-lo em cada localidade de uma forma independente. O exemplo dos fenícios mostra-nos até que ponto as forças produtivas desenvolvidas mesmo com um comércio relativamente pouco vasto, são susceptíveis de uma destruição total, pois a maior parte das suas invenções desapareceram em resultado de a nação ter sido eliminada do comércio e conquistada por Alexandre, o que provocou a sua decadência. O mesmo acontece na Idade Média com a pintura do vidro, por exemplo. A duração das forças

produtivas adquiridas só é assegurada quando o comércio adquire uma extensão mundial que tem por base a grande indústria e quando todas as nações são arrastadas para a luta da concorrência.

A divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve como primeira conseqüência o nascimento das manufaturas, ramos da produção que escapavam ao sistema corporativo. O primeiro surto de manufaturas — na Itália e mais tarde na Flandres — teve como condição histórica prévia o comércio com as outras nações. Nos outros países — a Inglaterra e a França, por exemplo — as manufaturas limitaram-se nos seus começos ao mercado interno. Além das condições prévias já indicadas, as manufaturas necessitam ainda, para se estabelecerem, de uma já elevada concentração da população — sobretudo nos campos — e de capital que nesse momento se começava a acumular num pequeno número de mãos, em parte nas corporações apesar dos regulamentos administrativos, e em parte nos comerciantes.

O trabalho que mais depressa se mostrou susceptível de desenvolvimento foi aquele que implicava o emprego de uma máquina, por muito rudimentar que ela fosse. A tecelagem, que os camponeses efetuavam até então nos campos, à margem do seu trabalho, para arranjar o



vestuário de que necessitavam, foi o primeiro trabalho que recebeu um impulso e teve um maior desenvolvimento graças à extensão das relações comerciais. A tecelagem foi a primeira e, durante muito tempo, a principal atividade manufatureira. A procura de fazendas para confeccionar o vestuário, que aumentava proporcionalmente ao acréscimo da população, o início da acumulação e da mobilização do capital primitivo graças a uma circulação acelerada, a necessidade de luxo que daí resultou e que favorecem sobretudo a extensão progressiva do comércio, deram à tecelagem tanto no que respeita à quantidade como à qualidade, um impulso que arrancou à forma de produção anterior. Ao lado dos camponeses que teciam para satisfazer as suas necessidades pessoais, que aliás continuaram a subsistir e ainda hoje se encontram, nasceu nas cidades uma nova classe de tecelões cujos panos eram destinados a todo o mercado interno e, muitas vezes, aos mercados externos.

A tecelagem, trabalho que exige pouca habilidade na maior parte dos casos e que se subdivide depressa numa infinidade de ramos, era naturalmente refratária às cadeias da corporação. Devido a isto, foi sobretudo praticada nas aldeias e nos povoados sem organização corporativa que se transformaram pouco a pouco

em cidades, e até nas cidades mais florescentes de cada país.

Com o aparecimento da manufatura libertada da corporação, as relações de propriedade transformaram-se também imediatamente. O primeiro passo em frente para ultrapassar o capital primitivo ligado a um estado foi marcado pelo aparecimento dos comerciantes que possuíam um capital móvel portanto um capital no sentido moderno do termo, tanto quanto era possível nas condições de vida do tempo. O segundo progresso foi marcado pela manufatura que mobilizou por sua vez uma grande massa do capital primitivo e aumentou de um modo geral a massa do capital móvel relativamente ao capital primitivo.

A manufatura tornou-se simultaneamente um recurso para os camponeses contra as corporações que os excluía ou lhes pagavam bastante mal, do mesmo modo que outrora essas mesmas corporações lhes tinham servido de refúgio contra os proprietários de terras.

O início da laboração manufatureira foi marcado simultaneamente por um período de vagabundagem causado pelo desaparecimento das comitivas armadas dos senhores feudais e pelo licenciamento dos exércitos que os reis tinham utilizado contra os seus vassallos, pelos

progressos da agricultura e a transformação de terras de trabalho em pastes. Daqui se conclui que a vagabundagem estava intimamente ligada à decomposição do feudalismo. A partir do séc. XIII encontramos alguns períodos esporádicos em que este fenômeno se verificava, mas só nos finais do século. XV e princípios do século XVI poderemos encontrar uma vagabundagem permanente e generalizada. Os vagabundos eram em tal numero que o rei Henrique VIII de Inglaterra, entre outros, mandou enforcar 72.000 e mesmo assim só uma miséria extrema os levou a trabalhar, depois de enormes dificuldades e de uma longa resistência. A rápida prosperidade das manufaturas, sobretudo na Inglaterra, absorveu-os progressivamente.

Com o advento da manufatura, as diferentes nações entraram em concorrência numa luta comercial que se efetuou através de guerras, de direitos alfandegários e de proibições, enquanto anteriormente só existiam trocas inofensivas entre as nações. O comércio passa a ter um significado político.

A manufatura conduziu simultaneamente a uma modificação das relações entre trabalhador e empregador. Nas corporações, as relações patriarcais entre os oficiais e o mestre subsistiam; na manufatura, foram substituídas por relações monetárias entre o trabalhador e o

capitalista, as quais, nos campos e nas pequenas cidades, ainda mantinham traços de patriarcalismo, mas que os perderam quase totalmente nas cidades, sobretudo nas manufatureiras de uma certa importância.

A manufatura e o movimento da produção sofreram um impulso prodigioso devido à expansão do comércio que conduziu à descoberta da América e do caminho marítimo para a Índia. Os novos produtos importados das Índias, e principalmente o ouro e a prata que entraram em circulação, transformaram inteiramente a situação recíproca das classes sociais e desferiram um rude golpe na propriedade fundiária feudal e nos trabalhadores; as expedições dos aventureiros, a colonização, e acima de tudo o fato de os mercados adquirirem a amplitude de mercados mundiais, o que se torna agora possível e cada dia toma maiores proporções, provocaram uma nova fase do desenvolvimento histórico; mas não vemos por ora necessidade de nos deter aqui. A colonização dos países recém-descobertos fornece um alimento novo à luta comercial a que as nações se entregavam e, conseqüentemente, esta luta adquiriu uma extensão e um encarniçamento ainda maiores.

A expansão do comércio e da manufatura aceleraram a acumulação do capital móvel, ao

passo que, nas corporações que não recebiam estímulo para aumentar a sua produção, o capital primitivo permanecia estável ou até diminuía. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia; nas corporações, verificou-se uma concentração da pequena burguesia que deixou de abundar nas cidades como anteriormente, para se submeter ao domínio dos grandes comerciantes e dos manufacturiers<sup>(68)</sup>.

Daqui resultou o declínio das corporações a partir do momento em que entraram em contato com a manufatura.

As relações comerciais entre as nações revestiram dois aspectos diferentes no período a que nos referimos. De início, a fraca quantidade de ouro e de prata em circulação determinou a proibição de exportar esses metais; a necessidade de ocupar a crescente população das cidades tornou necessária a indústria, normalmente importada do estrangeiro, e essa indústria não podia dispensar os privilégios que eram concedidos não somente contra a concorrência interna, mas sobretudo contra a concorrência externa. Nestas primeiras disposições, incluiu-se o alargamento do privilégio corporativo local a toda a nação. Os direitos alfandegários têm a sua origem nos direitos que os senhores feudais impunham aos mercadores que atravessavam o seu território a título de resgate da pilhagem:

estes direitos foram mais tarde impostos pelas cidades e, com o aparecimento dos Estados modernos, constituíram a forma mais fácil de permitir ao fisco armazenar dinheiro.

Estas medidas revestiam-se de um novo significado com o aparecimento do ouro e da prata americanos nos mercados europeus, com o progressivo desenvolvimento da indústria, o rápido impulso do comércio e as suas conseqüências, a prosperidade da burguesia fora das corporações e a importância crescente do dinheiro. O Estado, para o qual se tornava dia a dia mais difícil dispensar o dinheiro, manteve a interdição de exportar ouro e prata, unicamente por considerações fiscais; os burgueses, cujo objetivo principal era agora o de açambarcar a grande massa de dinheiro novamente lançada no mercado, encontravam-se plenamente satisfeitos; os privilégios existentes tornaram-se uma fonte de receitas para o governo e foram vendidos a troco de dinheiro; na legislação das alfândegas apareceram os direitos à exportação que, pondo um obstáculo no caminho da indústria, tinham um fim puramente fiscal. O segundo período iniciou-se em meados do século XVII e durou quase até ao fim do século XVIII. O comércio e a navegação tinham-se desenvolvido mais rapidamente do que a manufatura, que desempenhava um papel secundário; as colônias transformaram-se gradualmente em grandes

consumidores; à custa de longos combates, as diferentes nações partilharam entre si o mercado mundial que se abria. Este período começa com as leis sobre a navegação<sup>(69)</sup> e os monopólios coloniais. Evitou-se, tanto quanto possível, por meio de tarifas, proibições e tratados, que as diversas nações pudessem fazer concorrência umas às outras; e, em última instância, foram as guerras, e sobretudo as guerras marítimas, que serviram para conduzir a luta da concorrência e decidir do seu resultado. A nação mais poderosa no mar, a Inglaterra, conservou a primazia no comércio e na manufatura. Já aqui se verificava uma concentração num único país.

A manufatura obtinha garantias constantes no mercado nacional através de direitos protetores. da concessão de monopólios no mercado colonial, e, para o exterior, mediante alfândegas diferenciais. Favorecia-se a transformação da matéria bruta produzida no próprio país (lã e linho em Inglaterra, seda em França); interditou-se a exportação da matéria-prima produzida no local (lã rim Inglaterra) e negligenciou-se ou dificultou-se a da matéria importada (algodão em Inglaterra). A nação que possuía a supremacia no comércio marítimo e o poder colonial assegurou também naturalmente a maior extensão quantitativa e qualitativa da manufatura. A manufatura não podia de forma alguma dispensar proteção, na medida em que a

menor alteração verificada noutros países a podia levar à perda do seu mercado e, conseqüentemente à ruína; pois se é fácil introduzi-la num país em condições um pouco favoráveis é igualmente fácil destruí-la. Por outro lado, pela forma como era praticada no campo, sobretudo no século XVIII, a manufatura encontra-se tão intimamente ligada às condições de vida de uma grande massa de indivíduos que nenhum país pode arriscar-se a pôr a sua existência em jogo pela introdução da livre concorrência nesse campo. Na medida em que atinge a exportação, passa por isso a depender inteiramente da extensão ou da limitação do comércio e exerce sobre ele uma cação recíproca muito fraca. Dai, a sua importância secundária...(70) e a influência dos comerciantes no século XVIII. Foram os comerciantes, e muito particularmente os armadores, que, mais do que quaisquer outros, insistiram na proteção do Estado e nos monopólios; é certo que os manufatureiros pediram e obtiveram também esta proteção, mas cederam sempre o passo aos comerciantes no que se refere à importância política. As cidades comerciais, e os portos em particular, alcançaram um relativo grau de civilização e tornaram-se cidades da grande burguesia enquanto nas cidades industriais subsistiu mais o espírito pequeno-burguês. Cf. Aikin(71) por exemplo. O século XVIII foi o século



do comércio. Pinto<sup>(72)</sup> di-lo expressamente “Le commerce fait la marotte du siècle”<sup>(73)</sup> e “Depuis quelque temps il n’est plus question que de commerce, de navigation et de marine”<sup>(74)</sup>.

O movimento do capital, se bem que notavelmente acelerado, manifestava relativamente ao comércio uma maior lentidão, a divisão do mercado mundial em frações isoladas, em que cada uma era explorada por uma nação particular, a eliminação da concorrência entre nações, a inépcia da própria produção e o sistema financeiro que mal ultrapassara o primeiro estágio do seu desenvolvimento, entravavam consideravelmente a circulação. Daqui adveio um espírito mercador de uma mesquinhez sórdida que maculava todos os comerciantes e todo o modo de exploração comercial. Em comparação com os manufactureiros e mais ainda com os artesãos, eram a bem dizer grandes burgueses: comparados aos comerciantes e industriais do período seguinte, permanecem pequeno-burgueses. Cf. Adam Smith<sup>(75)</sup>.

Este período é igualmente caracterizado pelo levantamento da interdição de exportar o ouro e a prata, pelo nascimento do comércio do dinheiro, dos bancos, das dívidas de Estado, do papel-moeda, das especulações sobre os fundos e as ações, da agiotagem sobre todos os artigos, do desenvolvimento do sistema monetário em geral.

O capital perdeu por sua vez uma grande parte do caráter natural que lhe era ainda inerente.

A concentração do comércio e da indústria num único país, a Inglaterra, tal como se desenvolveu sem interrupção no século XVII, criou progressivamente para esse país um mercado mundial razoável e suscitou por isso uma procura dos produtos ingleses manufaturados que as forças produtivas industriais anteriores já não podiam satisfazer. Esta procura que ultrapassava as forças produtivas foi a força motriz que suscitou o terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria a utilização das forças naturais para fins industriais, o maquinismo e a divisão do trabalho mais intensiva. As outras condições desta nova fase, tais como a liberdade de concorrência dentro da nação, o aperfeiçoamento da mecânica teórica, etc., já existiam em Inglaterra (a mecânica, aperfeiçoada por Newton, era aliás a ciência mais popular em França e em Inglaterra no século XVIII). (Quanto à livre concorrência dentro da própria nação, foi necessária uma revolução em toda a parte para a conseguir — em 1640 e em 1688 em Inglaterra, em 1789 em França.) A concorrência obrigou rapidamente todos os países que pretendiam conservar o seu papel histórica a proteger as suas manufaturas através de novas medidas alfandegárias (pois as

antigas já não prestavam qualquer auxílio contra a grande indústria) e a introduzir pouco depois a grande indústria acompanhada de tarifas protetoras. Apesar destas medidas de proteção, a grande indústria tornou a concorrência universal (ela representa a liberdade comercial prática, e as alfândegas protetoras são para ela apenas um paliativo, uma arma defensiva no interior da liberdade do comércio), estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno<sup>(76)</sup>, colocou o comércio sob o seu domínio, transformou todo o capital em capital industrial e deu assim origem à circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e à rápida centralização dos capitais. Através da concorrência universal, constrangeu todos os indivíduos a uma tensão máxima da sua energia. Aniquilou o mais possível a ideologia, a religião, a moral, etc., e sempre que isso não lhe era possível, transformou-as em flagrantes mentiras. Foi ela que criou verdadeiramente a história mundial na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e, para satisfação das suas necessidades, cada indivíduo dessa nação, destruindo o caráter exclusivo das diversas nações que era até então natural. Subordinou a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho a sua última aparência de fenômeno natural. Destruiu, na medida do possível, todos os elementos naturais no interior do trabalho e

conseguiu dissolver todas as relações naturais para as transformar em relações monetárias. Em vez de cidades nascidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que se desenvolveram como se se tratasse de cogumelos. Onde quer que penetrasse destruía o artesanato e, de uma forma geral, todos os anteriores estádios da indústria. Completou a vitória da cidade sobre o campo. [A sua condição primordial<sup>(77)</sup>] é o sistema automático, O seu desenvolvimento criou um conjunto de forças produtivas para as quais a propriedade privada se transformou tanto num obstáculo como a corporação o tinha sido para a manufatura, e assim como a pequena exploração rural o fora igualmente para o artesanato em vias de desenvolvimento. Estas forças produtivas que, na propriedade privada, conheciam um desenvolvimento exclusivamente unilateral, acabaram por se transformar, na maioria dos casos, em forças destrutivas, ao ponto de grande parte delas não encontrar a mínima possibilidade de utilização sob o seu regime. Criou por todo o lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares, a grande burguesia surge com uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e

para a qual a nacionalidade deixa de existir; esta classe desembaraça-se verdadeiramente do mundo antigo e entra simultaneamente em oposição com ele. Não são apenas as relações com o capitalismo que ela torna insuportáveis para o operário, mas também o próprio trabalho.

É evidente que a grande indústria não atinge o mesmo grau de aperfeiçoamento em todas as aglomerações de um mesmo país. Mas este fato não trava o movimento de classe do proletariado, na medida em que os proletários engendrados pela grande indústria se colocam à cabeça desse movimento e arrastam consigo as massas, até porque os trabalhadores excluídos da grande indústria se encontram colocados numa situação ainda pior do que a dos próprios trabalhadores da grande indústria. Os países onde se desenvolveu uma grande indústria atuam de igual modo sobre os países plus ou moins<sup>(78)</sup> desprovidos de indústria, devido ao fato de estes últimos se verem arrastados pelo comércio mundial no decorrer da luta levada a cabo pela concorrência universal.

Estas diversas formas constituem simultaneamente formas da organização do trabalho e da propriedade. Verifica-se que, para cada período, e sempre que as necessidades o tornaram imperioso, se concretizou efetivamente uma união das forças produtivas existentes.

\* \* \*

Esta contradição entre as forças produtivas e a forma de troca que, como vimos, já se produziu diversas vezes no decorrer da história até aos nossos dias, sem todavia comprometer a sua base fundamental, traduziu-se necessariamente, em cada um dos casos, numa revolução, revestindo ao mesmo tempo diversas formas acessórias tais como todo um sem número de conflitos, choques de diferentes classes, contradições da consciência, luta ideológica, luta política, etc. De um ponto de vista limitado, é possível destacar uma destas formas acessórias e considerá-la como bases dessas revoluções, coisa tanto mais fácil porquanto os indivíduos de que partiam as revoluções tinham eles próprios ilusões sobre a sua atividade consoante o seu grau de cultura e o estágio de desenvolvimento histórico.

\* \* \*

Logo, e de acordo com a nossa concepção, todos os conflitos da história têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas. Não é, aliás, necessário que esta contradição seja levada a um extremo num determinado país para aí provocar conflitos. A concorrência com países cuja indústria se encontra mais desenvolvida, concorrência provocada pela extensão do comércio

internacional, basta para dar origem a uma contradição deste tipo, mesmo nos países onde a indústria está menos desenvolvida (por exemplo, o aparecimento de um proletariado latente na Alemanha provocado pela concorrência da indústria inglesa).

\* \* \*

A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas também, e mais ainda, os proletários, se bem que os concentre. É por este motivo que decorre sempre um longo período antes que estes indivíduos se possam unir, abstraindo do fato de que — se se pretender que a sua união não seja puramente local —, esta exige previamente a construção dos meios necessários, pela grande indústria, tais como as grandes cidades industriais e as comunicações rápidas e baratas, razões por que só depois de longas lutas se torna possível vencer qualquer força organizada com indivíduos isolados e vivendo em condições que recriam quotidianamente este isolamento. Exigir o contrário equivaleria a exigir que a concorrência não devesse existir em determinada época histórica ou que os indivíduos inventassem condições sobre as quais não têm qualquer controle enquanto indivíduos isolados.

\* \* \*

Construção das habitações. É evidente que, para os selvagens, é normal cada família ter a sua gruta ou a sua choça própria, do mesmo modo que é normal para os nômadas que cada família possua uma tenda. Esta economia doméstica separada, torna-se ainda mais indispensável com o desenvolvimento da propriedade privada. Para os povos agricultores, a economia doméstica comunitária é tão impossível como o cultivo solo em comum. A construção das cidades constituiu de fato um enorme progresso. Em todos os períodos anteriores, era no entanto impossível a supressão da economia separada inseparável da supressão da propriedade privada, pela simples razão de haver carência de condições materiais. O estabelecimento de uma economia doméstica comunitária tem por condições prévias o desenvolvimento da maquinaria, da utilização das forças naturais e de outras numerosas forças produtivas tais como condutas de água, iluminação a gás, aquecimento a vapor, etc., supressão da oposição cidade-campo. Sem a existência destas condições nem a economia em comum constituiria uma força produtiva nova, pois faltar-lhe-ia uma base material e repousaria apenas sobre uma base teórica, isto é, seria uma simples fantasia conduzindo apenas a uma economia monacal — o que era possível como o prova o agrupamento em cidades e a construção de edifícios comuns para determinados fins



particulares (prisões, casernas, etc.). É evidente que a supressão da economia separada é inseparável da abolição. da família.

A frase: “aquilo que cada um é deve-o ao Estado”, que se encontra freqüentemente em São Max, eqüivale no fundo à afirmação de que o burguês é um exemplar da espécie burguesa, o que pressupõe a existência da classe dos burgueses antes dos indivíduos que a constituem.

Na Idade Média, os burgueses eram constrangidos a unir-se, em cada cidade, contra a nobreza rural para defenderem a pele; a expansão do comércio e o estabelecimento das comunicações levaram cada cidade a conhecer outras cidades que tinham feito triunfar os mesmos interesses Lutando contra a mesma oposição<sup>(79)</sup>

A classe burguesa só muito lentamente se formou a partir das numerosas burguesias locais das diversas cidades. A oposição às relações existentes, assim como o modo de trabalho condicionado por esta oposição, transformaram simultaneamente as condições de vida de cada burguês em particular, em condições de vida comuns a todos os burgueses e independentes de cada indivíduo isolado<sup>(80)</sup>.

Os burgueses criaram essas condições na medida em que se separaram da associação

feudal, e foram criados por elas na medida em que eram determinados pela sua oposição à feudalidade existente. Com o estabelecimento das ligações entre as diversas cidades, essas condições comuns transformaram-se em condições de classe. As mesmas condições, a mesma oposição, os mesmos interesses, deveriam também, grosso modo, fazer surgir os mesmos costumes em todo o lado. Mesmo a burguesia só se desenvolve pouco a pouco, juntamente com as condições que lhe são próprias; divide-se por sua vez em diferentes frações, consoante a divisão do trabalho, e acaba por absorver no seu seio todas as classes possuidoras preexistentes (transformando entretanto numa nova classe, o proletariado, a maioria da classe não possuidora que existia antes dela e uma parte das classes até aí possuidoras<sup>(81)</sup> na medida em que toda a propriedade existente é convertida em capital comercial ou industrial. Os indivíduos isolados formam uma classe pelo fato de terem de encetar uma luta comum contra uma outra classe; quanto ao resto, acabam por ser inimigos na concorrência. Além disso, a classe torna-se por sua vez independente dos indivíduos, de modo que estes últimos encontram as suas condições de vida previamente estabelecidas e recebem da sua classe, completamente delineada, a sua posição na vida juntamente com o seu desenvolvimento pessoal; estão, pois,

subordinados à sua classe. Trata-se do mesmo fenômeno antes existente na subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho; e este fenômeno só pode ser suprimido se for suprimida a propriedade privada e o próprio trabalho. Indicamos muitas vezes como é que esta subordinação dos indivíduos à sua classe acaba por constituir simultaneamente a subordinação a todas as espécies de representações, etc.

Se considerarmos, do ponto de vista filosófico, o desenvolvimento dos indivíduos nas<sup>(82)</sup> condições de existência comum das ordens e das classes que se sucedem historicamente e nas representações gerais que por isso lhes são impostas, é de fato possível imaginar facilmente que o Gênero ou o Homem se desenvolveram nesses indivíduos ou que eles. desenvolveram o Homem: visão imaginária que traz à história sérias afrontas. É então possível compreender estas diferentes ordens e classes como especificações da expressão geral, como subdivisões do Gênero, como fases de desenvolvimento do Homem.

Esta subordinação dos indivíduos a determinadas classes não pode acabar enquanto não existir uma classe que já não tenha necessidade de fazer prevalecer um interesse de classe particular contra a classe dominante.

\* \* \*

A transformação das forças pessoais (relações) em forças objetivas, através da divisão do trabalho, não pode ser abolida extirpando do cérebro essa representação geral, mas unicamente através de uma nova submissão das forças objetivas e a abolição da divisão do trabalho por parte dos indivíduos. Ora isto não é possível sem a comunidade<sup>(83)</sup> é somente em comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios necessários para desenvolver as suas faculdades em todos os sentidos; a liberdade pessoal só é, portanto, possível na comunidade. Nos sucedâneos de comunidades que até agora existiram, no Estado, etc., a liberdade pessoal só existia para os indivíduos que se tinham desenvolvido nas condições da classe dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe. A comunidade aparente, anteriormente constituída pelos indivíduos, adquire sempre perante eles uma existência independente e, simultaneamente, porque significa a união de uma classe face a uma outra, representa não apenas uma comunidade ilusória para a classe dominada, mas também uma nova cadeia. Na comunidade real, os indivíduos adquirem a sua liberdade simultaneamente com a sua associação, graças a esta associação e dentro dela.

Os indivíduos partiram sempre de si mesmos, não certamente do indivíduo "puro" no sentido dos ideólogos, mas de si mesmos no âmbito das suas condições e das suas relações históricas dadas. Mas verifica-se no decurso do desenvolvimento histórico, e precisamente pela independência que adquirem as relações sociais, fruto inevitável da divisão do trabalho, que existe uma diferença entre a vida de cada indivíduo na medida em que é pessoal, e a sua vida enquanto subordinada a um qualquer ramo do trabalho e às condições inerentes a esse ramo (não se deve concluir, a partir daqui, que o rendeiro ou o capitalista, por exemplo, deixem de ser pessoas; mas a sua personalidade é condicionada por relações de classe muito bem determinadas e esta diferença só se manifesta por oposição a uma outra classe e só se lhes apresenta no dia em que caem em bancarrota). Na ordem (e mais ainda na tribo), este fato encontra-se oculto; por exemplo, um nobre continua a ser sempre nobre, um roturier<sup>(84)</sup> será sempre um roturier, abstraindo das suas outras relações; trata-se de uma qualidade inseparável da sua individualidade. A diferença entre o indivíduo pessoal oposto ao indivíduo na sua qualidade de membro de uma classe e a contingência das suas condições de existência, só se manifestam com a classe que é um produto da burguesia. Apenas a concorrência e a luta dos indivíduos entre si engendra e

desenvolve essa contingência enquanto tal. Por conseguinte, na representação, os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia do que anteriormente porque as suas condições de existência lhes são contingentes; na realidade, eles são naturalmente menos livres porque se encontram muito mais subordinados a um poder objetivo. Relativamente à ordem, a diferença surge sobretudo na oposição entre a burguesia e proletariado. Quando a ordem dos cidadãos das cidades, as corporações, etc., surgiram perante a nobreza da terra, as suas condições de existência, propriedade mobiliária e trabalho artesanal, que já tinham existido de forma latente antes de se terem separado da associação feudal, apareceram como uma coisa positiva que se fez valer contra a propriedade fundiária feudal e que, para começar, tomou por sua vez a forma feudal à sua maneira. Os servos fugitivos consideravam sem dúvida o seu estado de servidão precedente como uma coisa contingente à sua personalidade: quanto a isto, agiam simplesmente como o faz qualquer classe que se liberta de uma cadeia e, deste modo, não se libertavam como classe mais isoladamente. Além disso, não saíam do domínio da organização por ordens, tendo apenas formado uma nova ordem e conservado o seu modo de trabalho anterior na sua nova situação, realizando este modo de trabalho de forma a libertá-lo dos laços do passado que já não

correspondiam ao estágio de desenvolvimento que tinham atingido.

Pelo contrário. as condições de vida próprias dos proletários, o trabalho e. portanto. todas as condições de existência da sociedade atual, transformaram-se para eles em qualquer coisa de contingente, que os proletários isolados não podem controlar nem tão-pouco qualquer organização social. A contradição entre...<sup>(85)</sup> a personalidade do proletário em particular e as condições de vida que lhe são impostas, quer dizer, o trabalho, é-lhes perfeitamente perceptível tanto mais que tem sido sacrificado desde a sua mais tenra juventude e não poderá alcançar, dentro da sua classe, as condições que lhe permitiriam passar para outra classe.

N. B: — Não esqueçamos que a necessidade de subsistir, em que se encontravam os servos, e a impossibilidade de exploração em larga escala, que conduziu à repartição dos loteamentos<sup>(86)</sup> entre os servos, reduziram muito depressa as obrigações destes para com o senhor feudal a uma determinada média de contribuições em espécie e de corveias; isto dava ao servo a possibilidade de acumular bens móveis, favorecia a sua evasão da propriedade do senhor e dava-lhe a perspectiva de conseguir ir para a cidade como cidadão; daí resultou uma hierarquização entre os próprios servos, de tal modo que aqueles que

conseguem evadir-se são já semiburgueses. É assim evidente que os vilões conhecedores de um ofício tinham o máximo de possibilidades de adquirir bens móveis.

Logo, enquanto os servos fugitivos apenas pretendiam desenvolver livremente as suas condições de existência já estabelecidas e fazê-las valer, mas conseguiam quando muito o trabalho livre, os proletários, se pretendem afirmar-se como pessoas, devem abolir a sua própria condição de existência anterior, que é simultaneamente a de toda a sociedade até aos nossos dias, isto é, devem abolir o trabalho. Por este motivo, eles encontram-se em oposição direta à forma que os indivíduos da sociedade escolheram até hoje para expressão de conjunto, quer dizer, em oposição ao Estado, sendo-lhes necessário derrubar esse Estado para realizar a sua personalidade.

\* \* \*

Podemos concluir de todo o desenvolvimento histórico até aos nossos dias que<sup>(87)</sup> as relações coletivas em que entram os indivíduos de uma classe, e que sempre foram condicionadas pelos seus interesses comuns relativamente a terceiros, constituíam sempre uma comunidade que englobava esses indivíduos unicamente enquanto indivíduos médios, na medida em que viviam nas



condições de vida da mesma classe; trata-se portanto de relações em que das não participam enquanto indivíduos, mas sim enquanto membros de uma classe. Por outro lado, na comunidade dos proletários revolucionários que põem sob o seu controle todas as suas condições de existência e as dos outros membros da sociedade, produz-se o inverso: os indivíduos participam enquanto indivíduos, E (bem entendido, com a condição de que a associação dos indivíduos opere no quadro das forças produtivas que se supõem já desenvolvidas é esta reunião que coloca sob o seu controle as condições do livre desenvolvimento dos indivíduos e do seu movimento, enquanto até aí elas tinham sido abandonadas ao acaso e adotado uma existência autônoma perante os indivíduos, devido precisamente à existência da sua separação como indivíduos e da necessidade da sua união, implicada pela divisão do trabalho, mas transformada num laço estranho devido à sua separação enquanto indivíduos. A associação até aqui conhecida não era de forma alguma a união voluntária (que nos é por exemplo, apresentada no Contrato<sup>(88)</sup>) mas uma união necessária baseada em condições no interior das quais os indivíduos desfrutavam da contingência (comparar, por exemplo, a formação do Estado da América do Norte e as repúblicas da América do Sul). Este direito de poder desfrutar

tranqüilamente da contingência em certas condições constitui aquilo que até hoje se designava por liberdade pessoal. — Estas condições de existência são naturalmente as forças produtivas e os modos de troca de cada período.

\* \* \*

O comunismo distingue-se de todos os movimentos que o precederam pelo fato de alterar a base das relações de produção e de troca anteriores e de, pela primeira vez, tratar as condições naturais prévias como criações dos homens que nos antecederam, despojando-as da sua aparência natural e submetendo-as ao poder dos indivíduos unidos. A organização que proclama é, por isso mesmo, essencialmente econômica: é a criação material das condições dessa união; transforma as condições existentes nas condições da união. O estado de coisas assim criado constitui precisamente a base real que torna impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos — pois esse estado de coisas existente é pura e simplesmente um produto das anteriores relações dos indivíduos entre si. Deste modo, os comunistas tratam praticamente como fatores inorgânicos as condições criadas antes deles pela produção e o comércio. Isto não significa que considerem que a razão de ser ou a intenção das gerações

anteriores foi de lhes fornecer bases materiais, ou que pensem terem sido essas condições consideradas inorgânicas por aqueles que as criaram. A diferença entre o indivíduo pessoal e o indivíduo contingente não constitui uma distinção conceptual, mas um fato histórico. Esta distinção tem um sentido diferente em épocas diferentes: por exemplo, a ordem, enquanto contingência para o indivíduo no século XVIII, assim como plus ou moins<sup>(89)</sup> a família. É uma distinção que não necessita de ser feita por nós, pois cada época se encarrega de a fazer a partir dos diferentes elementos que herda da época anterior, fazendo-o não a partir de um conceito mas sob a pressão dos conflitos materiais da vida. Aquilo que numa época ulterior surge como contingente por oposição à época anterior, ou mesmo entre os elementos herdados dessa época anterior, é um modo de trocas que corresponde a um determinado desenvolvimento das forças produtivas. A relação entre forças produtivas e formas de troca é a relação entre o modo de trocas e<sup>(90)</sup> a ação ou a atividade dos indivíduos. (A forma básica dessa atividade<sup>(91)</sup> é naturalmente a forma material de que depende qualquer outra forma intelectual, política, religiosa, etc. É certo que a diferente forma adquirida pela vida material é em cada ocasião dependente das necessidades já desenvolvidas, necessidades essas cuja produção e satisfação constituem um processo

histórico impossível de detectar nos carneiros ou nos cães [argumento capital de Stirner adversus hominem<sup>(92)</sup> de pôr os cabelos em pé] se bem que os carneiros e os cães, na sua forma atual sejam. malgré eux<sup>(93)</sup> produtos de um processo histórico.) Antes de a contradição se manifestar, as condições em que os indivíduos se relacionam entre si são condições inerentes à sua individualidade; não lhes são de forma alguma exteriores e. além disso, permitem por si sós que esses indivíduos determinados, vivendo em condições determinadas, produzam a sua vida material e tudo o que dela decorre; são portanto condições da sua manifestação ativa dei si, produzidas por essa. manifestação de si<sup>(94)</sup>.

Por conseguinte, as condições determinadas em que os indivíduos produzem antes de a contradição se manifestar correspondem à sua limitação efetiva, à sua existência limitada; este caráter limitado só se revela com o aparecimento da contradição e existe, por isso, para a geração ulterior. Esta condição aparece assim como um entravei accidental, atribui-se conseqüentemente à época anterior a consciência de que constituía um entrave.

Estas diferentes condições, que surgem primeiramente como condições da manifestação de si, e mais tarde como seus obstáculos, formam em toda a evolução histórica uma seqüência

coerente de modos de troca cujo laço de união é a substituição da forma de trocas anterior, que se tornara um obstáculo, por uma nova forma que corresponde às forças produtivas mais desenvolvidas e, por isso mesmo ao modo mais aperfeiçoado da atividade dos indivíduos. forma que à son tour<sup>(95)</sup> se transforma num obstáculo e é então substituída por outra. Na medida em que, para cada estágio, essas condições correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, a sua história é também a história das forças produtivas que se desenvolvem e são retomadas por cada nova geração, e é conseqüentemente a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos.

Este desenvolvimento, produzindo-se naturalmente, isto é, não estando subordinado a um plano do conjunto estabelecido por indivíduos associados livremente, parte de localidades diferentes, de tribos, de nações, de ramos de trabalho distintos, etc., cada um deles se desenvolvendo primeiro independentemente dos outros e apenas estabelecendo relações entre si a pouco e pouco. Progride, aliás, lentamente: os diferentes estádios e interesses nunca são completamente ultrapassados, mas apenas subordinados ao interesse que triunfa, ao lado do qual se arrastam ainda durante séculos. Daí resulta a existência de diferentes graus de desenvolvimento entre os indivíduos de uma

mesma nação, mesmo se abstrairmos das suas condições financeiras: e também o fato de um interesse anterior, cujo modo de trocas particular se encontra já suplantado por um outro correspondente a um interesse posterior, continuar ainda durante muito tempo, na comunidade aparente, em poder de uma força tradicional que se tornou autônoma relativamente aos indivíduos (Estado, direito): só uma revolução consegue, em última instância, quebrar essa força. Também assim se explica o motivo pelo qual a consciência, ao preocupar-se com aspectos singulares que são passíveis de uma síntese mais geral, pode por vezes ultrapassar aparentemente as relações empíricas contemporâneas, de tal modo que, nas lutas de — um período posterior, seja licito utilizar-se as conclusões a que possam ter chegado teóricos anteriores.

Pelo contrário, em países como a América do Norte, cuja existência se inicia num período histórico já desenvolvido, o desenvolvimento processa-se com rapidez. Tais países têm apenas como condição natural prévia os indivíduos que aí se estabelecem e que para ai foram como reação aos modos de produção dos velhos países, que já não correspondiam às suas necessidades. Estes países começam pois com os indivíduos mais evoluídos do velho mundo, e por conseguinte com o modo de trocas mais desenvolvido, correspondente a esses indivíduos,

mesmo antes de este sistema de trocas se ter conseguido impor nos velhos países. É o caso de todas as colônias que não foram simples bases militares ou comerciais, tais como Cartago, as colônias gregas e a Islândia nos séculos XI e XII. Verifica-se um caso análogo quando, como resultado de conquista, se leva para o país conquistado o modo de trocas que se desenvolvera num outro solo; enquanto no seu país de origem esta forma se encontrava ainda em choque com os interesses e as condições de vida das épocas precedentes, aqui, pelo contrário, pode e deve implantar-se totalmente e sem quaisquer entraves ao conquistador (a Inglaterra e Nápoles depois da conquista normanda, altura em que conheceram a forma mais acabada da organização feudal).

\* \* \*

A conquista, como fato, parece estar em contradição com toda esta concepção da história. Até hoje, tem-se feito da violência, da guerra, da pilhagem, do banditismo. etc.. a força motriz da história. Como nos vemos aqui obrigados a limitar-nos aos pontos capitais, consideraremos apenas um exemplo verdadeiramente flagrante. que é o da destruição de uma velha civilização por um povo bárbaro e a formação conjunta de uma estrutura social a partir do zero (Roma e os Bárbaros, o feudalismo e a Gália, o Império do

Oriente e os Turcos). Para o povo bárbaro conquistador, a guerra é ainda, tal como atrás dissemos, um modo normal de relação tanto mais zelosamente praticado quanto mais imperiosa se torna a necessidade de novos meios de produção devido ao aumento da população e ao modo de produção tradicional, rudimentar e único possível, desse povo. Em Itália, pelo contrário, assiste-se à concentração da propriedade fundiária realizada por herança, por compra e ainda por endividamento; e isto porque a extrema dissolução dos costumes e a escassez dos casamentos originavam a progressiva extinção das velhas famílias, acabando os seus bens por cair nas mãos de um pequeno número delas. Além disso, tal propriedade fundiária foi transformada em pastagens. transformação essa provocada, para além das causas econômicas habituais válidas ainda nos nossos dias, pela importação de cereais pilhados ou exigidos a título de tributo o a conseqüente falta de consumidores de trigo italiano que isso implicava. Devido a estas circunstâncias, a população livre desapareceu totalmente e os próprios escravos ameaçavam abandonar a sua situação, tendo de ser constantemente substituídos. A escravatura continuava a ser a base de toda a produção. Os plebeus, colocados entre os homens livres e os escravos, nunca conseguiram ultrapassar a condição de Lumpenproletariat<sup>(96)</sup>



De resto, Roma nunca ultrapassou o estádio de cidade; encontrava-se ligada às províncias por laços quase exclusivamente políticos que, bem entendido, poderiam ser quebrados por acontecimentos políticos.

\* \* \*

É muito usual a idéia de que na história tudo se resumiu até agora a tomadas de poder. Os bárbaros apoderaram-se do Império romano, e é assim explicada a passagem do mundo antigo ao feudalismo. Mas, quanto a esta conquista dos bárbaros, é necessário saber se a nação de que se apoderaram tinha desenvolvido forças produtivas industriais, como acontece nos povos modernos, ou se as suas forças produtivas repousavam unicamente na sua união e<sup>(97)</sup> na vida em comunidade. A tomada de poder é, além disso, condicionada pelo objeto que se apropria. Ninguém se pode apoderar da fortuna de um banqueiro, que consiste em papéis, sem se submeter às condições de produção e de circulação do país conquistado. Sucede o mesmo com todo o capital industrial de um país industrial moderno. Finalmente, quando numa região submetida já não há mais nada para conquistar, é necessário que se comece a produzir. Dada esta necessidade, que muito cedo se manifesta, a forma de comunidade adotada pelos conquistadores deve estar em concordância

com o estado de desenvolvimento das forças produtivas que encontram ou, se tal não acontecer, deve transformar-se em função das forças produtivas. Isto explica um fato que parece ter-se verificado por toda a parte na época que se seguiu às grandes invasões: os vassallos converteram-se em senhores e os conquistadores adotaram rapidamente a língua, a cultura e os costumes do país conquistado.

O feudalismo não foi de forma alguma trazido da Alemanha na sua forma acabada; teve a sua origem na organização militar dos exércitos durante a própria conquista. Esta organização desenvolveu-se depois da conquista sob o impacto das forças produtivas encontradas no país conquistado, só então se transformando no feudalismo propriamente dito. O fracasso das tentativas levadas a cabo para impor outras formas nascidas de reminiscências da antiga Roma (Carlos Magno, por exemplo) mostra-nos até que ponto a forma feudal era condicionada pelas forças produtivas.

A continuar.

\* \* \*

Na grande indústria e na concorrência, todas as condições de existência, determinações e conditionalismos dos indivíduos se baseiam nas seguintes duas formas: propriedade privada e

trabalho. Com o dinheiro, todas as formas de troca, assim como a própria troca, se apresentam aos indivíduos como contingentes. É a própria natureza do dinheiro que nos leva a pensar que todas as relações anteriores eram apenas relações de indivíduos vivendo em determinadas condições, e não relações entre indivíduos enquanto indivíduos. Essas condições reduzem-se a: trabalho acumulado ou propriedade privada, por um lado, e trabalho real, por outro. O desaparecimento de uma dessas condições faz com que a troca seja interrompida. Os próprios economistas modernos, como por exemplo Sismondi. Chérbuliez<sup>(98)</sup> etc., opõem l'association des individus à l'association des capitaux<sup>(99)</sup>

Por outro lado, os indivíduos são completamente subordinados à divisão do trabalho e ficam por isso mesmo colocados numa situação de dependência total uns dos outros. Na medida em que se opõe ao trabalho no seio deste, a propriedade privada nasce e desenvolve-se a partir da necessidade de acumulação e, embora conserve inicialmente a forma da comunidade, aproxima-se pouco a pouco, no seu desenvolvimento ulterior, da forma moderna da propriedade privada. Logo, a divisão do trabalho implica igualmente a divisão das condições de trabalho, instrumentos e materiais e, com essa divisão, a fragmentação do capital acumulado entre diversos proprietários; por conseguinte,

implica também a separação entre capital e trabalho, assim como entre diversas formas da propriedade. Quanto mais aperfeiçoada estiver a divisão do trabalho, maior é a acumulação e mais acentuada é essa separação. O próprio trabalho só pode subsistir à custa dessa separação.

\* \* \*

(Energia pessoal dos indivíduos de diferentes nações Alemães e Americanos — energia devida ao cruzamento de raças — daí o cretinismo dos Alemães verdadeiros cretinos em França, Inglaterra, etc., dos povos estrangeiros transplantados para um território evoluído e para um local inteiramente novo na América; na Alemanha a população primitiva não teve a mínima reação).

\* \* \*

Encontramo-nos, portanto, perante dois fatos. Primeiro, as forças produtivas apresentam-se como completamente independentes e separadas dos indivíduos, como um mundo à margem destes, o que se deve ao fato de os indivíduos, a quem elas pertencem efetivamente, existirem disseminados e em oposição uns aos outros, se bem que essas forças só sejam reais no comércio e na interdependência desses indivíduos. Logo, existe por um lado um conjunto de forças produtivas que adquiriram, de certo

modo, uma forma objetiva e já não são para os indivíduos as suas próprias forças, mas as da propriedade privada e, portanto, dos indivíduos, mas apenas na medida em que forem proprietários privados. Em nenhum período anterior as forças produtivas tinham revestido esta forma indiferente às relações dos indivíduos enquanto indivíduos, pois estas relações eram ainda limitadas. Por outro lado, observa-se uma oposição a essas forças produtivas por parte da maioria dos indivíduos de quem elas se tinham destacado e que, por estarem despojadas de todo o conteúdo real da sua vida, se converteram em indivíduos abstratos; mas é por isso mesmo e só então que estes ficaram em condições de se relacionarem uns com os outros como indivíduos.

O trabalho, único laço que os une ainda às forças produtivas e à sua própria existência, perdeu para eles toda a aparência de manifestação de si e só lhes conserva a vida definhando-a. Enquanto em épocas anteriores a manifestação de si e a produção da vida material eram apenas separadas pelo simples fato de competirem a pessoas diferentes e de a produção da vida material ser ainda considerada como uma manifestação de si. uma atividade de ordem inferior devido ao caráter limitado dos próprios indivíduos, hoje, manifestação de si e produção da vida material estão de tal modo separadas que a vida, material é considerada como fim e a

produção da vida material, quer dizer, o trabalho, como meio (agora a única forma possível, embora negativa, da manifestação de si).

Chegamos pois ao ponto de os indivíduos se verem obrigados a apropriarem-se da totalidade das forças produtivas existentes, não apenas para conseguirem manifestar o seu eu, mas sobretudo para assegurar a sua existência. Esta apropriação é, antes de tudo, condicionada pelo objeto a apropriar, neste caso as forças produtivas desenvolvidas ao ponto de constituírem uma totalidade e existindo unicamente no âmbito das trocas mundiais. Sob este ângulo, esta apropriação deve necessariamente apresentar um caráter universal correspondente às forças produtivas e às trocas. A apropriação destas forças consiste no desenvolvimento das faculdades individuais que de algum modo correspondem aos instrumentos materiais de produção. Por isso mesmo, a apropriação de uma totalidade do instrumentos de produção constitui já o desenvolvimento de uma totalidade de faculdades nos próprios indivíduos. Esta apropriação é ainda condicionada pelos indivíduos que se apropriam. Só os proletários da época atual, totalmente excluídos de qualquer manifestação de si, se encontram em condições de poderem alcançar uma manifestação de si total, não limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no

desenvolvimento de uma totalidade de faculdades que isso implica. Todas as apropriações revolucionárias anteriores foram limitadas; os indivíduos cuja manifestação de si era limitada por um instrumento de produção limitado e trocas limitadas, apropriavam-se desse instrumento de produção limitado e só conseguiam, desse modo, atingir uma nova limitação. Apropriavam-se do seu instrumento de produção mas continuavam subordinados à divisão do trabalho e ao seu próprio instrumento de produção. Em todas as apropriações anteriores havia uma subordinação de uma massa de indivíduos a um único instrumento de produção; na apropriação pelos proletários, é uma massa de instrumentos de produção que é necessariamente subordinada a cada indivíduo, ficando a propriedade subordinada a todos eles. As trocas mundiais modernas só podem estar subordinadas aos indivíduos se o estiverem a todos.

A apropriação é também condicionada pela forma particular que deve necessariamente revestir. Com efeito, só poderá ser levada a cabo mediante uma união que, dado o caráter do próprio proletariado, é obrigatoriamente universal; só se efetuará através de uma revolução que, por um lado, derrubará o poder do modo de produção e de troca anterior assim como o poder da estrutura social precedente, e que por

outro lado desenvolverá o caráter universal do proletariado e a energia que lhe é necessária para consumir essa apropriação. Trata-se portanto de uma revolução em que o proletariado se libertará de tudo o que ainda lhe resta da sua posição social anterior.

É apenas nesta fase que a manifestação de si coincide com a vida material; essa fase corresponde à transformação dos indivíduos em indivíduos completos e à superação de tudo o que lhes foi originariamente imposto pela natureza; corresponde-lhe a transformação do trabalho em manifestação de si e a metamorfose das relações até então condicionadas em relações dos indivíduos enquanto indivíduos. Com a apropriação da totalidade das forças produtivas pelos indivíduos unidos, é abolida a propriedade privada. Enquanto na história anterior, cada condição particular surgia sempre como acidental, agora é o isolamento dos próprios indivíduos, o lucro privado de cada um, que se torna acidental.

Aos indivíduos já não subordinados à divisão do trabalho, os filósofos representaram-nos como um ideal a que apuseram a designação de “Homem”; e compreenderam todo o processo que acabamos de expor como sendo o desenvolvimento do “Homem”. Substituíram Os indivíduos existentes em cada época da história



passada pelo “Homem” e apresentaram-no como a força da história. Todo o processo foi portanto compreendido como processo de auto-alienação do “Homem”, o que se deve essencialmente ao fato de o indivíduo médio do período ulterior ter sido sempre substituído pelo do período anterior, ao mesmo tempo que se atribuía a este a consciência ulterior. Graças a esta inversão, que omite as condições reais, foi possível converter toda a história num processo de desenvolvimento da consciência.

\* \* \*

A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constituiu sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista,

tem sido constantemente designada pelo mesmo nome.

#### Relações do Estado e do Direito com a Propriedade

A primeira forma da propriedade é, tanto no mundo antigo como na idade média, a propriedade tribal, principalmente condicionada entre os Romanos pela guerra, e entre os Germanos, pela criação de gado. Para os povos antigos<sup>(100)</sup> (não esqueçamos que numa mesma cidade co-habitavam diversas tribos), a propriedade tribal aparece como propriedade do Estado e o direito do indivíduo a desfrutá-la como uma simples possessio, a qual, no entanto, à semelhança da propriedade tribal, se limita à propriedade da terra. A propriedade privada propriamente dita começa. tanto para os antigos como para os povos modernos, com a propriedade mobiliária, — (Escravatura e comunidade) (dominium ex jure quiritum<sup>(101)</sup>)

Para os povos que saem da Idade Média, a propriedade tribal evolui passando” por diferentes estádios — propriedade fundiária feudal, propriedade mobiliária corporativa, capital de manufatura — até ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e a concorrência universal, que representa a propriedade privada no estado puro, despojada de qualquer aparência de comunidade e tendo excluído toda a ação do Estado sobre o

desenvolvimento da propriedade. É a esta propriedade privada moderna que corresponde o Estado moderno, adquirido pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos, inteiramente caído nas suas mãos pelo sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, do crédito comercial que lhe concedem os proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser já uma classe e não uma simples ordem, é constrangida a organizar-se à escala nacional e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular junto da sociedade civil e fora dela; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior. A independência do Estado só existe hoje nos países menos desenvolvidos onde as ordens ainda não se desenvolveram ao ponto de constituírem classes e onde ainda desempenham um certo papel; países esses em que existe uma situação híbrida e onde, conseqüentemente, nenhuma parte da população pode dominar as outras. É muito particularmente o caso da Alemanha, ao passo que o exemplo

mais acabado de Estado moderno é a América do Norte. Os escritores franceses, ingleses e americanos modernos afirmam todos, sem exceção, que o Estado só existe devido à propriedade privada, idéia essa que acabou por ser aceite pela consciência comum.

Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta. O mesmo acontece com o direito que é por sua vez reduzido à lei.

O direito privado desenvolve-se, conjuntamente com a propriedade privada, como resultado da dissolução da comunidade natural. Entre os Romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não teve qualquer consequência industrial ou comercial pelo fato de o seu modo de produção não se ter modificado<sup>(102)</sup>

Nos povos modernos, onde a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e o comércio, o nascimento da propriedade privada e do direito

privado marcou o início de uma nova fase susceptível de um desenvolvimento ulterior. Amalfi<sup>(103)</sup> a primeira cidade da Idade Média a ter um comércio marítimo considerável, foi também a primeira a criar o direito marítimo. E em Itália, em primeiro lugar, tal como mais tarde noutros países, quando o comércio e a indústria conduziram a propriedade privada a um desenvolvimento considerável. retomou-se imediatamente o direito privado dos Romanos e elevou-se este à categoria de autoridade. Mais tarde, quando a burguesia adquiriu poder suficiente para que os príncipes se preocupassem com os seus interesses e utilizassem essa burguesia como instrumento para derrubar a classe feudal, começou em todos os países — como em França, no século XVI o verdadeiro desenvolvimento do direito, que em todos eles, à excepção da Inglaterra, tomou como base o direito romano. Mesmo em Inglaterra foram introduzidos, para aperfeiçoar o direito privado, alguns princípios do direito romano (particularmente no que se refere à propriedade mobiliária). (Não esqueçamos que o direito, tal como a religião, não possui uma história própria.)

O direito privado exprime as relações de propriedade existentes como o resultado de uma vontade geral.

O próprio jus utendi et abutendi<sup>(104)</sup> exprime, por um lado, o fato de a propriedade privada se tornar completamente independente da comunidade e, por outro, a ilusão de que essa propriedade privada repousa sobre a simples vontade privada, sobre a livre disposição das coisas. Na prática, o abutti<sup>(105)</sup> tem limitações econômicas bem determinadas para o proprietário privado se este não quiser que a sua propriedade, e com ela o seu jus abutendi, passe para outras mãos; pois, no fim de contas, a coisa, nada é, considerada unicamente nas suas relações com a sua vontade, e só se transforma numa coisa, numa propriedade real (numa relação, naquilo a que os filósofos chamam uma idéia), através do comércio e independentemente do direito. Esta ilusão jurídica, que reduz o direito à simples vontade, conduz fatalmente, na seqüência do desenvolvimento das relações de propriedade, à possibilidade de qualquer pessoa ostentar um título jurídico de propriedade sem efetivamente possuir essa propriedade. Suponhamos, por exemplo, que um terreno deixa de ser rentável devido à concorrência — o seu proprietário conservará sem dúvida alguma o título jurídico da propriedade, assim como o seu jus utendi et abutendi. Mas nada poderá fazer com ele nem nada possuirá de fato se não dispuser de capital suficiente para cultivar o seu terreno. É esta

mesma ilusão que explica o fato de, para os juristas, assim como para todos os códigos jurídicos, as relações entre os indivíduos celebrada por contratos, por exemplo, surgirem como algo fortuito e de, a seu ver, as relações deste tipo [poderem] ou não ser aceites na medida em que o seu conteúdo repousa inteiramente sobre a vontade arbitrária e individual das partes contratantes.

De cada vez que o desenvolvimento da indústria e do comércio criou novas formas de troca, por exemplo companhias de seguros e outras, o direito viu-se regularmente obrigado a integrá-las nos modos de aquisição da propriedade.

\* \* \*

Influência<sup>(106)</sup> da divisão do trabalho sobre a ciência.

Papel da repressão no Estado, no direito, na moral, etc.. É necessário que a lei constitua uma expressão da burguesia precisamente por esta dominar como classe. Ciência da natureza e história. Não há história da política, do direito, da ciência, etc., da arte, da religião, etc.

\* \* \*

Razão por que os ideólogos põem tudo às avessas. Homens de religião, juristas, políticos. Juristas, políticos (homens de Estado em geral), moralistas, homens de religião.

A propósito desta subdivisão ideológica no interior de uma classe: I. autonomia da profissão como conseqüência da divisão do trabalho: cada qual considera a sua profissão como verdadeira. Sobre a ligação do seu trabalho com a realidade, iludem-se necessariamente dada a natureza desse trabalho. Em jurisprudência, em política, etc., essas relações transformam-se — na consciência — em conceitos; como não se elevam acima dessas relações, os conceitos que sobre elas possuem são conceitos rígidos: o juiz, por exemplo, pelo fato de aplicar o código, considera a legislação como verdadeiro motor ativo. Cada um respeita a sua mercadoria pois ela está em relação com o universal.

Idéia do direito. Idéia do Estado. Na consciência vulgar o assunto é posto às avessas.

\* \* \*

A religião é em primeira análise consciência da transcendência, [consciência que] nasce da obrigação real.

Expressar isto de uma forma mais popular.



A tradição para o direito, a religião, etc.

\* \* \*

Os indivíduos sempre partiram de si mesmos, partem sempre de si mesmos. As suas relações são relações que correspondem ao processo real da sua vida. A que se deve o fato de as suas relações ascenderem à autonomia e se chocarem com eles próprios? De os poderes dos indivíduos se tornarem todos-poderosos perante esses mesmos indivíduos?

Numa palavra: deve-se à divisão do trabalho, cujo grau depende da força produtiva desenvolvida em cada momento.

Propriedade fundiária. Propriedade comunitária. Feudal Moderna.

Propriedade das ordens da sociedade. Propriedade manufaturaria. Capital industrial.

\* \* \*

[A partir daqui, A Ideologia Alemã toma o aspecto de um comentário de textos, o que explica as numerosas citações das obras de São Bruno (Bauer) e de São Max (Stirner)]

## NOTAS

(\*) *A Ideologia Alemã*. “Crítica da novíssima filosofia alemã, representada por Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão representado por seus diversos profetas” é uma obra conjunta de Marx e Engels, escrita em Bruxelas entre 1845 e 1846. Nela desenvolveram, pela primeira vez, em todos os aspectos a concepção materialista da história.

O manuscrito de *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels constava de dois tomos, o primeiro dos quais continha a crítica da filosofia pós-hegeliana, e o segundo, a crítica do “socialismo verdadeiro”.

No primeiro capítulo do primeiro tomo se expõe o conteúdo positivo fundamental de toda a obra. Por isso o primeiro capítulo é o mais importante de todos e tem significado independente.

O manuscrito do primeiro capítulo consta de três partes em rascunho e duas passadas a limpo, do começo do mesmo. De acordo com ele, o texto do capítulo se divide em quatro partes.

As páginas das três partes do borrador, numeradas por Marx, são indicadas com número entre colchetes [ ].

Na fonte digital (e na RocketEdition), não constava esta divisão, que foi, para esta edição, introduzida a partir da versão em espanhol disponível no “Marxists Internet Archive” [www.marxists.org], de onde também se extraiu as informações acima.

Escrito em alemão, por Marx e Engels em Bruxelas entre novembro de 1845 e agosto de 1846. Primeira edição: Em russo, no Arquivo de K. Marx e F. Engels, livro I, 1924.

1. [Passagem cortada no manuscrito:] Nenhuma diferença específica distingue o idealismo alemão da Ideologia de todos os outros povos. Esta última considera igualmente que o mundo é dominado por idéias, que estas e os conceitos são princípios determinantes, que o mistério do mundo material, apenas acessível aos filósofos, é constituído por determinadas idéias.

Hegel levou ao máximo o idealismo positivo. Para ele, o mundo material não se limitara a metamorfosear-se num mundo de idéias e a história numa história de idéias. Hegel não se contenta com o registro dos fatos do pensamento; procura também analisar o ato de produção.

Quando são obrigados a sair do seu mundo de sonhos, os filósofos alemães protestam contra o mundo das idéias que lhes [...] a representação do [mundo] real, físico

Todos os críticos alemães afirmam que as idéias, representações e conceitos dominaram e determinaram até agora os homens reais e que o mundo real é um produto do mundo das idéias. Todos pensam que assim aconteceu até agora, mas que a situação se vai modificar; e é aqui que se diferenciam entre si, pois têm opiniões diferentes sobre a forma Como se deve libertar o mundo dos homens, o qual, segundo eles, gemeria sob o peso das suas próprias idéias fixas, e sobre aquilo que cada um considera como idéia fixa. Mas todos acreditam no domínio das idéias e julgam que o seu raciocínio provocará necessariamente a queda do estado de coisas existente, quer pelo simples poder do seu pensamento individual quer por tentarem conquistar a consciência de todos. A crença de que o mundo real é o produto do mundo ideal, de que o mundo das idéias [...] Alucinados pelo mundo hegeliano das idéias, que se tornou o deles, os filósofos alemães protestam contra o domínio dos pensamentos, idéias e representações que até agora, no seu parecer, ou melhor, de acordo com a ilusão de Hegel, deram origem ao mundo real, o determinaram, o dominaram. Exalam um último protesto e

sucumbem [...] No sistema de Hegel, as idéias, pensamentos e conceitos produziram, determinaram e dominaram a vida real dos homens, o seu mundo material, as suas relações reais. Os seus discípulos revoltados assenhorearam-se deste postulado [...]

2. David Friedrich Strauss (1808-1874), filósofo alemão.

3. Generais de Alexandre da Macedônia que, após a sua morte, se entregaram a uma luta encarniçada a fim de atingirem o poder.

4. [Passagem cortada no manuscrito:] O mundo exterior profano não se apercebeu evidentemente de nada; nenhum destes acontecimentos que revolucionaram o mundo conseguiu exceder os limites de um processo de decomposição do espírito absoluto.

5. [Passagem cortada no manuscrito:] O crítico, esse ordenador de casamentos e funerais, não poderia naturalmente estar ausente; de fato, enquanto resíduos das grandes guerras de libertação,

6. Neste caso: resíduo.

7. [Passagem cortada no manuscrito:] (e da pequenez nacional).

8. [Passagem cortada no manuscrito:] por essa razão que faremos preceder a crítica individual dos diversos representantes deste movimento de algumas anotações gerais (as quais bastarão para caracterizar o nosso ponto de vista crítico e fundamentá-lo tanto quanto necessário. Se opomos estas anotações a Feuerbach, é por ser ele o único a constituir um efetivo progresso, o único cujas obras podem ser estudadas de *bonne foi*(\*); tais anotações esclarecerão os pressupostos ideológicos que lhes são comuns. — (\*) De boa fé; em francês no texto original.

9. [Passagem cortada no manuscrito:] e que apenas procuram atingir uma modificação da consciência dominante.

10. [Passagem cortada no manuscrito:] Apenas conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém, estes dois aspectos não são separáveis; enquanto existirem homens, a sua história e a da natureza condicionar-se-ão reciprocamente. A história da natureza, aquilo que se designa por ciência da natureza, não nos interessa aqui; pelo contrário, é-nos necessário analisar em pormenor a história dos homens, pois, com efeito, quase toda ideologia se reduz a uma falsa concepção dessa história, puro e

simples abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa história,

11. [Passagem cortada no manuscrito:] O primeiro ato histórico desses indivíduos, através do qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensarem, mas sim o de produzirem os seus meios de existência.

12. [Passagem cortada no manuscrito:] Ora este estado de coisas não condiciona apenas a organização que emana da natureza, a organização primitiva dos homens, principalmente no que se refere às diferenças de raça; condiciona igualmente todo o seu desenvolvimento ou não desenvolvimento ulterior.

13. [Passagem cortada no manuscrito:] entre os Plebeus romanos encontramos em primeiro lugar pequenos proprietários de terra, ao que se segue a constituição embrionária de um proletariado, tendência que aliás não se desenvolve devido à sua posição intermédia entre cidadãos possuidores e escravos.

14. Licinius: tribuno do povo que editou em 367, juntamente com Sextius, leis que favoreciam os plebeus, e segundo as quais nenhum cidadão romano tinha o direito de possuir mais do que uma determinada extensão de terras pertencentes ao Estado.

15. [Passagem cortada no manuscrito:] em relações de produção determinadas.

16. [Passagem cortada no manuscrito:] que se atém apenas aos dados reais.

17. [Passagem cortada no manuscrito:] As representações aceites por estes indivíduos são idéias quer sobre as suas relações com a natureza, quer sobre as relações que estabelecem entre si ou quer sobre a sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, tais representações constituem a expressão consciente — real ou imaginária — das suas relações e das sua atividades reais, da sua produção, do seu comércio, do seu (organização) comportamento político e social, Só é defensável a hipótese inversa se supõe um outro espirito, um espírito particular, para além do espirito dos indivíduos reais, condicionados materialmente. Se a expressão consciente das condições de vida reais destes indivíduos é imaginária, se nas suas representações consideram a realidade invertida, este fenómeno é ainda uma consequência do seu modo de atividade material limitado e das relações sociais deficientes que dele resultam.

18. [Passagem cortada no manuscrito:] e, para sermos precisos, os homens tais como são condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu comércio material e o seu



desenvolvimento ulterior na estrutura social e política.

19. Câmara escura.

20. [Passagem cortada no manuscrito:] a procurar a interdependência real, prática, dessas diferentes estratificações.

21. [Passagem cortada no manuscrito:] antes da expressão ‘é certo’: na Sagrada Família, foi convenientemente refutada a idéia de que estes santos filósofos e teólogos, ao escreverem algumas vulgaridades sobre o espírito absoluto, teriam criado a “não-autonomia dos indivíduos”. Como se o indivíduo, quer dizer, todo o ser humano, “deixasse de ser autônomo” indivíduo, dependência estivesse realmente dissolvido “no Espírito absoluto” a partir do momento em que alguns pobres especuladores dessem a conhecer estas ninharias ao “indivíduo”, dando-lhe ordem para “se dissolver” imediatamente “no Espírito absoluto” sem a mais pequena hesitação! É de notar que se esses merceeiros puderam chegar a tais manias filosóficas não o conseguiram devido à “dependência, à não-autonomia do indivíduo”, mas por causa da miséria da situação social.

22. Primeira máquina de fiação automática.

23. Marx tinha escrito primeiro: em qualidade e quantidade suficientes; este adjetivo foi riscado e substituído por *vollständig*.

24. [Manuscrito deteriorado:] As palavras entre parêntesis não são legíveis no original.

25. [Variante no manuscrito original:] trata-se de uma luta que nos traz novos resultados é. massa dos homens; a luta da Alemanha...

[Passagem cortada no manuscrito original:] São Bruno dá-nos uma "Característica de Ludwig Feuerbach", isto é, uma versão revista e corrigida de um artigo já publicado nos *Norddeutsche Blätter*. Dado o caráter sagrado em que nós próprios... Feuerbach é descrito como defensor da "Substância", com o objetivo de dar maior relevo à "Consciência de si" *bauerian* substância. Aliás, é já um hábito: desde há algum tempo que este autor se limita a dizer de tudo e de todos que são a "Substância". No decurso desta transubstanciação de Feuerbach, o nosso santo homem salta diretamente dos escritos de Feuerbach para a Essência do Cristianismo, passando sobre Bayle e Leibniz. Não menciona o artigo de Feuerbach contra a filosofia "positiva" Incluído nos *Hallische Jahrbücher*, pela simples razão de Feuerbach substância absoluta aí desmascarar, face aos representantes positivos da "substância" toda a ciência da consciência de si

“absoluta, numa época em que São Bruno ainda especulava (\*) sobre a Imaculada Conceção e onde se exprimia muito mais claramente... do que ... alguma vez o fizera... [A seqüência deste texto é apenas uma variante de uma passagem do capítulo II (S. Bruno)]. — (\*) Início de frase cortado.

26. Faltam as folhas paginadas por Marx concepção do com os números 3, 4, 5, 6 e 7.

27. [Variante no manuscrito:] “concepção” teórica.

28. [Nota de Engels:] O erro de Feuerbach não reside no fato de subordinar o que é visível a olho nu, a aparência sensível. A realidade sensível observada graças a um exame mais aprofundado do estado de coisas concreto; consiste, pelo contrário, no fato de, em última instância, não se poder assenhorear da materialidade sem a considerar com os “olhos”, isto é, através dos “óculos” do filósofo.

29. [Variante no manuscrito original:] que é em cada época histórica o resultado da atividade de toda uma série de gerações.

30. Bruno Bauer: “Característica de Ludwig Feuerbach”, Wigand’s Vierteljahrsschrift, 1845, t. III, págs. 86-146

31. Alusão a um verso do Fausto de Goethe.

32. [Passagem cortada no manuscrito:] Se apesar de tudo examinamos aqui a história um pouco mais detidamente, é pelo fato de os Alemães, ao ouvirem as palavras “história” e “histórico”, terem o hábito de pensar em todas as coisas possíveis e imagináveis menos na realidade. São Bruno, “esse orador versado na eloqüência sagrada”, é disso um brilhante exemplo.

33. [Nota de Marx:] Os homens têm uma história pelo fato de serem obrigados a produzir a sua vida e de terem de o fazer de um determinado modo: esta necessidade é uma consequência da sua organização física; o mesmo acontece com a sua consciência.

[Variante no manuscrito:] apercebemo-nos de que, entre outras coisas, o homem tem “espírito”, e que esse “espírito” se “manifesta” como consciência.

34. [Frase cortada no manuscrito:] a minha consciência é a minha relação com o que me rodeia.

35. [Nota de Marx:] Compreende-se imediatamente que esta religião natural ou este tipo de relações com a natureza estão condicionados pela forma da sociedade e vice-

versa. Neste caso, como em qualquer outro, a identidade entre o homem e a natureza toma igualmente esta forma, ou seja, o comportamento limitado dos homens perante a natureza condiciona o comportamento limitado dos homens entre si e este condiciona por sua vez as suas relações limitadas com a natureza, precisamente porque a natureza mal foi modificada pela história.

36. [Nota de Marx:] Religião. Os Alemães no que se refere à ideologia enquanto tal.

37. [Passagem cortada no manuscrito atividade e pensamento, isto é, atividade sem pensamento e pensamento sem atividade.

38. Termos do vocabulário dos jovens-hegelianos e de Stirner, em particular.

39. [Passagem cortada no manuscrito:] Esta expressão idealista das limitações econômicas existentes é não só teórica, como também existe na consciência prática; isto significa que a consciência que se emancipa e que entra em contradição com o modo de produção existente não constitui apenas religiões e filosofias, mas também Estados.

40. Os “Anais franco-alemães” eram uma revista editada em Paris por Marx e A. Ruge. Só foi publicado o primeiro número, em Fevereiro de

1844, que continha dois artigos de Marx: “Sobre a questão judaica”, “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel” e um longo artigo de Engels: “Esboço de uma crítica da economia política”. As divergências entre Marx e Ruge impediram o prosseguimento desta publicação.

Em 1845, em Francfort-sobre-Meno, aparece a obra de Marx e Engels intitulada a “Sagrada Família, ou Crítica da Crítica crítica”. Contra Bruno Bauer e consortes.

41. Bauer\* pretendia-se o campeão de uma escola filosófica crítica.

\* Bauer, Bruno (1809-1882): Teólogo, historiador da religião e publicista alemão. Hegeliano de esquerda que, em 1842, perdeu a cátedra na Universidade de Bona devido aos seus escritos radicais. Uniu-se mais tarde aos conservadores e apoiou a reação prussiana.

42. [Passagem cortada no manuscrito:] e quanto à propriedade, que foi Inicialmente uma instituição criada pelos próprios homens, dá em breve à sociedade uma característica própria que de forma alguma foi desejada pelos seus autores iniciais, perfeitamente visível para quem não se tenha submetido definitivamente à “consciência de si, ou ao Único,.

43. [Passagem cortada no manuscrito:] devem ser pensadas em função da realidade material.

44. [Passagem cortada no manuscrito:] pressupõe portanto que a história universal tenha uma existência empírica prática.

45. A expressão alemã é bürgerliche Gesellschaft, que poderá além disso significar “sociedade burguesa”.

46. [Nota marginal de Marx:] Comércio [Verkehr] e força produtiva.

47. [Passagem cortada no manuscrito:] São MAX Stirner passeia-se levando a história mundial às costas, comendo-a e bebendo-a todos os dias como antigamente se fazia com o corpo e o sangue de nosso senhor Jesus Cristo, e a história universal produ-lo quotidianamente, a ele, o Único, que é o seu produto por necessitar de comer, beber e vestir-se; as citações contidas no Único (na obra), etc., assim como a polêmica de São MAX contra Hess e outras pessoas afastadas, demonstra como também no plano espiritual ele é produzido pela história mundial. Daqui se depreende: que, na história mundial, os indivíduos são tão possuidores como os elementos de qualquer outra Associação stirneana de estudantes e de costureiras livres

48. [Passagem cortada no manuscrito:] por isso “o conceito da personalidade implica de uma forma geral que este surja com todos os seus limites, (consegue-o admiravelmente) e seja levado a abolir de novo a limitação que introduz (não por si mesma, nem de forma geral, mas apenas pelo seu conceito) através da sua essência universal, a qual é apenas o resultado da auto-diferenciação interna da sua atividade”, págs., 87-88

49. [Nota de Marx:] cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas serve de base ao domínio de uma determinada classe.

50. [Nota marginal de Marx: constituída por pessoas que estão interessadas em manter o atual estado de produção.

51. [Passagem cortada no manuscrito] forma moderna da atividade sob a qual a dominação das

52. [Passagem cortada no manuscrito:] Já há algum tempo que todos os comunistas, tanto na França como na Inglaterra ou na Alemanha, estão de acordo sobre a necessidade desta revolução; no entanto, São Bruno continua calmamente o seu sonho e pensa, que se se admite o “humanismo real”, ou seja o comunismo, “em vez do espiritualismo” (que já não é justificável), é apenas para que aquele ganhe maior respeito. Então continua o sonho — “será necessário que



nos surja a salvação, que o céu baixe à terra e que esta seja o Céu” (o nosso douto teólogo continua a não conseguir prescindir do céu). “E assim brilharão a alegria e a felicidade para todo o sempre, no meio das celestes harmonias, (pág. 140).

53. Alusão às teorias de Bauer e de Stirner.

54. De 1838 a 1841, foi editada na Prússia uma revista intitulada Anais de Halle da ciência e arte alemãs, sob a direção de Arnold Ruge e de Theodor Echtermeyer. Ameaçada de interdição na Prússia, a revista mudou-se para a Saxónia intitulando-se, entre 1841 e 1843, Anais alemães da ciência e da arte. Finalmente, em 1843, o governo proibiu para toda a Alemanha a saída da revista.

55. Alusões feitas respectivamente a Bauer, Feuerbach e Stirner.

56. Canto nacionalista de Nicolas Beker.

57. Jakob Veneday (1805-1971), político alemão de esquerdas.

58. Marx refere-se aqui a Max Stirner.

59. Wigand's Vierteljahrsschrift, revista dos jovens-hegelianos editada em Leipzig de 1844 a 1845.

60. Obra de Feuerbach

61. [Passagem cortada no manuscrito:] Normalmente, a classe dominante julga serem estes conceitos quem verdadeiramente reina, e só os distingue das idéias dominantes das épocas anteriores apresentando-os como verdades eternas. Estes “conceitos dominantes” terão uma forma tanto mais geral e generalizada quanto mais a classe dominante é obrigada a apresentar os seus interesses como interesses de todos os membros da sociedade.

62. [Variante no manuscrito:] de representar, no plano prático, um interesse particular como interesse comum a todos, e, no plano teórico, como Interesse universal.

63. Em inglês no original: Lojista.

64. Falta o início deste caderno. Considerando a paginação de Marx, deverão faltar quatro páginas.

65. Em francês no original.

66. [Passagem cortada no manuscrito:] estavam muito divididos, pois os oficiais dos vários mestres opunham-se uns aos outros no seio de uma mesma profissão.

67. [Passagem cortada no manuscrito:] saindo do seu isolamento

68. Em francês no original

69. Leis editadas por Cromwell em 1651 e renovadas mais tarde. Estipulavam que a maioria das mercadorias importadas da Europa, da Rússia ou da Turquia só deviam ser transportadas por navios Ingleses ou dos países exportadores. A cabotagem ao longo das costas inglesas devia ser feita exclusivamente por barcos ingleses. Estas leis, destinadas a favorecer a marinha inglesa, eram sobretudo dirigidas contra a Holanda; foram abolidas entre 1793 e 1854.

70. [Passagem deteriorada no manuscrito.]

71. AIKIN, John (1747-1822): médico Inglês que foi simultaneamente historiador.

72. PINTO, Isaac (1715-1787): especulador e economista holandês. As citações do texto pertencem à “Carta sobre a rivalidade do comércio” da sua obra: Tratado da circulação e do crédito. Amesterdão, 1771.

73. Em francês no original.

74. Em francês no original.

75. Autor conhecido por Marx nesta época através da sua obra intitulada: Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.

76. [Passagem riscada no manuscrito:] e deu origem à rápida circulação e concentração dos capitais.

77. Passagem deteriorada no manuscrito.

78. Em francês no original: mais ou menos.

79. [Variante no manuscrito:] conduziu à união de várias cidades, o que se explicava pela identidade dos seus interesses perante os senhores feudais.

80. [Passagem cortada no manuscrito:] tornando-se o conjunto destas condições de vida Individuais as condições de existência comuns de uma classe.

81. [Nota de Marx:] absorve primeiro os setores de trabalho diretamente ligados ao Estado, e depois todas as profissões mais ou menos ideológicas.

82. [Passagem cortada no manuscrito:] nas suas condições de existência em parte dadas e em parte resultando de um desenvolvimento dessas condições dadas.

83. [Passagem cortada no manuscrito:] e sem o completo e livre desenvolvimento do indivíduo que ela implica.

84. Em francês no texto original.

85. Passagem deteriorada no manuscrito.

86. Parcelas.

87. [Passagem cortada no manuscrito:] os indivíduos que se libertaram em cada época histórica apenas continuaram a desenvolver as condições de existência já presentes, que já lhes eram dadas.

88. Obra de Jean-Jacques Rousseau,

89. Em francês no original: mais ou menos.

90. [Palavra cortada no manuscrito:] manifestação de si, Selbstbetätigung.

91. Idem.

92. Contra o homem.

93. Em francês no original: sem o quererem.

94. [Nota marginal de Marx: Produção do próprio modo de trocas.

95. Em francês no original: por sua vez.

96. Significado literal: proletariado andrajoso. Elementos marginais à classe do proletariado urbano, miseráveis, não organizados.

97. [Cortado no manuscrito:] cooperação tanto quanto ela é possível.

98. Sismondi (1773-1842) economista Suíço que critica o capitalismo de um ponto de vista pequeno-burguês. Cherbuliez (1797-1869) discípulo de Sismondi que misturou às idéias deste noções extraídas de Ricardo

99. Em francês no original... a associação dos indivíduos à associação dos capitais.

100. [Passagem cortada no manuscrito:] (em particular, Roma e Esparta).

101. Propriedade de um cidadão romano de velha estirpe.

102. [Passagem cortada no manuscrito:] e esta evolução não foi provocada por uma extensão da indústria e do comércio.

103. Cidade italiana situada ao Sul de Nápoles. Nos séculos X e XI, era um porto florescente e o seu direito marítimo foi adoptado por toda a Itália.

104. Direito de usar e de abusar.

105. Direito de abusar.

106. Encontram-se aqui agrupadas notas muito sumárias incluídas nas duas primeiras páginas do manuscrito.



Texto: [Contribuição enviada por e-mail por Nélon Jahr Garcia  
(njahr@atinet.com.br) — Versão eletrônica disponível em  
<http://www.jahr.org>]



Esta RocketEditon® é de inteira responsabilidade e iniciativa de ebooks@TeoCom [http://www.teotonio.org/ebooks] e Teotonio Simões [teotonio@teotonio.org]. Foi preparada a partir de versão eletrônica enviada por Néelson Jahr Garcia (http://www.jahr.org).

Todo conteúdo original foi preservado e, todos os créditos identificados, mencionados e explicitados. Autorizado o uso e reprodução apenas para fins educacionais. Todos os direitos de versão para RocketEdition® renunciados.

**RocketEdition®**  
**setembro de 1999**

©1999 — Ridendo Castigat Mores

**Versão para eBook**  
**eBooksBrasil.com**

---

Setembro 1999

Versão para pdf e eBookLibris  
Fevereiro 2005

Proibido todo e qualquer uso comercial.  
Se você pagou por esse livro  
**VOCÊ FOI ROUBADO!**  
Você tem este e muitos outros títulos GRÁTIS  
direto na fonte:  
[www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com)